



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 620 - DE 27 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 2020 - R\$ 4,00

A miséria e a fome são manifestações estruturais do capitalismo

Somente a revolução proletária e o socialismo erradicarão essas chagas da sociedade de classes

POR ONDE COMEÇAR?

- 1 Organizar uma frente única nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas**
- 2 Reagir imediatamente às demissões em massa, com greves, manifestações e ocupações**
- 3 Exigir um salário mínimo vital, que atenda às reais necessidades da família trabalhadora**
- 4 Responder ao fechamento de fábricas, impondo o controle operário da produção**
- 5 Lutar pelo emprego a todos, sob a bandeira da escala móvel das horas de trabalho**
- 6 Unir empregados e desempregados nos comitês de defesa dos empregos**
- 7 Derrubar as contrarreformas antioperárias e antipopulares**

Lutar contra a fome sob a estratégia do governo operário e camponês e da ditadura do proletariado

POR conclui a campanha dos 80 anos do assassinato de Trotsky e os 82 anos da fundação da IV Internacional, com um combativo Ato Político presencial

Viva a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista!



Separar o trigo do joio

A situação está calamitosa para a classe operária e a maioria explorada. O desemprego em alta, a miséria e a fome avançando. A pandemia continua matando, principalmente, os mais pobres. Falta pouco para se chegar a 150 mil mortos. A política burguesa do isolamento social fracassou quanto à pandemia, mas ajudou os capitalistas a demitirem, reduzirem salários e eliminarem direitos.

Mesmo assim, a pesquisa do Ibope, contratada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), concluiu que a popularidade de Bolsonaro cresceu, comparada à de dezembro de 2019. A parcela da população que considera o seu governo ótimo e bom é de 40%. Caiu de 38% para 29%, a avaliação da parcela que considerava ruim ou péssima. Há que considerar que a maioria, 60%, tem algum motivo para reprovar a administração de Bolsonaro. Os 40%, nas condições de crise sanitária e econômica, descarregadas sobre a maioria oprimida, no entanto, não deixam de ser surpreendentes. São enigmas desconcertantes da política burguesa.

Os analistas explicaram o fenômeno com o auxílio emergencial de R\$ 600,00, destinados aos trabalhadores informais, subempregados e desempregados. O que mais poderia ser? A influência desse valor assistencial – muito acima do Bolsa-Família – sobre 65,3 milhões de pobres e miseráveis, tem um peso considerável na avaliação de qualquer governo.

Diante da pergunta sobre o combate ao desemprego, 37% consideraram positivo. Mesmo que, na pesquisa passada, 41% achavam que Bolsonaro estava no caminho certo, a resposta positiva de 37%, na atual situação, é surpreendente. O caráter geral da pergunta não permite saber com precisão quem é quem, neste universo de 37%, que cometeria um desatino lógico tão flagrante. Com certeza, deve misturar milhões de pequenos e médios patrões, que se valeram da MP 936, e milhões de trabalhadores que não perderam o emprego, e se acham ideologicamente presos ao bolsonarismo (a influência das igrejas evangélicas ainda é grande). Mas, a queda de 41% para 37% não deixa de ser significativa – 63% não consideraram positivo o combate do governo ao desemprego.

Esse sentimento que impera entre a população é o dado mais significativo da pesquisa. O grande problema da situação se encontra no desemprego, subemprego e informalidade. A maior parte da força de trabalho vem sendo golpeada pela ausência de postos de trabalho, que diminuem em vez de aumentarem.

É reconhecido, até mesmo por representantes da burguesia, que as dificuldades não começaram com a pandemia. Desde a queda abrupta do crescimento econômico, em 2014, a taxa de desemprego foi às alturas, impulsionando o subemprego e informalidade. Os capitalistas aproveitaram o caos, provocado pela pandemia e pela política burguesa do isolamento social, para demitir, rebaixar os salários e liquidar direitos. Acelerou-se a implantação da contrarreforma trabalhista do governo Temer.

Esse processo fluiu livremente, graças à adaptação da burocracia sindical às pressões da burguesia, principalmente, do grande capital. Adaptação que reflete, em última instância, a política reformista do PT e de aliados. A colaboração das centrais e sindicatos, sem exceção, com a aplicação do MP 936 confundiu os explorados, e permitiu que Bolsonaro e o Congresso Nacional comparecessem como salvadores, e não como carrascos dos assalariados. Ao propagandear que o auxílio emergencial de R\$ 600,00 foi uma conquista dos trabalhadores, os reformistas, burocratas e esquerdistas

pequeno-burgueses ocultaram a sua real origem, motivo e função de abafar o impacto das demissões e do crescimento em grande escalada do desemprego.

Neste exato momento, as centrais fazem a campanha de assinatura, sob a bandeira “600 pelo Brasil! Bota pra votar já, Maia.” Os eleitores saem a campo, galopando nessa grosseira demagogia pequeno-burguesa. Isso quando foram cúmplices, diretos ou indiretos, do acordo de demissão de

cinco mil operários da Volkswagen. Todos se esquivaram e viraram as costas para a onda crescente das demissões em massa. Não fizeram nada para apoiar a greve dos Correios, que acabou no isolamento, e asfixiada. O mesmo se passa com a limitada greve da Embraer.

Não existe mais isolamento social. E as centrais e maioria dos sindicatos ainda continuam se apoiando na política burguesa do isolamento social, para mascarar o brutal resultado da colaboração de classes, que acabou e acaba servindo ao governo Bolsonaro.

Como tarefa política do momento, cabe à vanguarda consciente, que luta pela independência política do proletariado e demais explorados, separar o trigo do joio. A defesa das reivindicações mais sentidas, empunhadas por meio da luta de classes, e sob a estratégia do governo operário e camponês, é a condição para se conquistar a independência de classe.

Não existe mais isolamento social. E as centrais e maioria dos sindicatos ainda continuam se apoiando na política burguesa do isolamento social, para mascarar o brutal resultado da colaboração de classes, que acabou e acaba servindo ao governo Bolsonaro.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org - facebook/massas.por**

Renda Brasil

Mais uma disputa interburguesa em torno ao assistencialismo estatal

Somente o programa da classe operária responde ao problema da fome

Bolsonaro pretende suprimir o programa petista do Bolsa-Família, e substituí-lo pelo Renda Brasil. É bom lembrar que Lula fez o mesmo com o Bolsa Escola, de Fernando Henrique Cardoso. Como se vê, o assistencialismo estatal não começou com o governo do PT, mas com o do PSDB, que assumiu a recomendação de instituições internacionais, entre elas o Banco Mundial.

Há muito se discute o conceito de “renda mínima”, para assegurar sobrevivência aos miseráveis e famintos. É o reconhecimento implícito de que o capitalismo não tem como resolver o problema crucial da fome. Em outras palavras, não tem como garantir emprego e salário vital à força de trabalho como um todo.

No Brasil, cerca de metade da população apta ao trabalho não encontra emprego. O subemprego e toda sorte de atividade informal escoram milhões de famílias, que vivem entre a pobreza e a pobreza extrema (miséria). De maneira que a fome é estrutural no Brasil.

Lembremos do livro clássico do sanitarista Josué de Castro sobre a “Geografia da Fome”, de 1946. Hoje, se publica o “Mapa da Fome”, concebido pela ONU. Segundo seu critério, um país que tenha mais de 5% vivendo sob o critério de pobreza extrema entra o “Mapa da Fome”. O Brasil teria voltado a essa condição a partir 2014, com a recessão dos dois anos seguintes e a elevação da taxa de desemprego. E se avalia que, neste ano de 2020, marcado pela pandemia, o País atingirá a taxa de 7% da população.

Na realidade, nosso Mapa da Fome real é endêmico. Sejam 5% ou seja 1%, correspondem a uma massa humana. O Brasil deixou de fazer parte do Mapa da Fome como sendo uma façanha do governo de Lula, que contou com um desempenho positivo da economia mundial e nacional, aumento real do salário mínimo, e assistencialismo do Bolsa-Família. Chegou-se a propagandear que, com “programa de transferência de renda” de parcos R\$ 41,00 e R\$ 390,00 (a depender do número de crianças), em média R\$ 190,00, a 11 e 14 milhões de famílias, se estaria resolvendo a catástrofe da fome.

Como vimos, desde os anos de 1940, se elegeu a pobreza extrema e a fome como um grande problema nacional, momento em que se impulsionava a industrialização. Oitenta anos se passaram, e a situação de existência da maioria oprimida continua relativamente tão grave ou mais do que antes. Segundo o IBGE, em recente pesquisa, entre 2017 e 2018, 10,3 milhões sofreram com a “insegurança alimentar grave”, sendo que 84,9 milhões habitavam em condições muito precárias. A economia brasileira se tornou pujante, em relação a décadas passadas, a agroindústria deu um grande salto em sua capacidade produtiva, a agroexportação se agigantou – ao ponto de se afirmar que pode alimentar o mundo –, no entanto, o preço dos alimentos continua alto, para a maioria explorada, e proibitivo, para milhões de brasileiros.

Josué de Castro indicou o lugar dos latifúndios na incidência da fome no Nordeste. O atraso econômico da região, em relação

ao Sudeste e Sul, permanece, e com ele as travas da velha estrutura fundiária, que, entre outros motivos, obstaculiza o enfrentamento às adversidades climáticas. O IBGE, assim, identifica que cerca de metade das famílias não tinha garantia alimentar. Qualquer que seja a análise, forçosamente se está obrigado a concluir que o Brasil de 2020 está em muito melhores condições para resolver o problema da fome do que em 1940 e 1950. No entanto, se agravaram os fatores estruturais, que conservam a miséria e a fome, ao lado da gigantesca abundância e riqueza concentradas.

Não há programa social que diminua a amplitude das “desigualdades”, como se referem os analistas da burguesia. Não há como reduzir ou atenuar a superexploração do trabalho e a superconcentração de capitais, que estão na base da economia capitalista.

A constatação de que os 10% mais ricos do Brasil detêm 43% da renda nacional, e 1% fica com 28,3%, tão somente reflete a lei capitalista da exploração do trabalho e concentração de riqueza. A tendência geral é a de aumentar, portanto, a pobreza e miséria das massas.

Não há programa social que diminua a amplitude das “desigualdades”, como se referem os analistas da burguesia. Não há como reduzir ou atenuar a superexploração do trabalho e a superconcentração de capitais, que estão na base da economia capitalista.

O Bolsa-Escola, Bolsa-Família e, agora, o Renda Brasil servem de instrumento da burguesia, e em particular do grande capital e do imperialismo, para ocultar o caráter estrutural da fome, para amortecer a barbárie social e para exercer controle eleitoral sobre milhões de famílias.

O programa do proletariado é oposto. Em resumo: 1) emprego a todos, com a implantação da escala móvel das horas de trabalho; 2) medidas emergenciais, que reduzam a jornada sem reduzir os salários e obras públicas para criar postos de trabalho; 3) salário mínimo vital, para que seja garantido o necessário à sobrevivência da família trabalhadora; 4) cancelar a dívida pública; 5) estatizar o capital financeiro; 6) expropriar o grande capital agrário, industrial e comercial; 7) impor o controle operário da produção.

Esse programa é incompatível com qualquer que seja o governo e com o Estado burguês. Eis por que é regido pela tática da luta de classes e estratégia do governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. Uma das tarefas fundamentais da luta do proletariado pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social é a de eliminar as causas da miséria e da fome.

O proletariado organizado é capaz de combater a fome

Neste mês de setembro, a ONG OXFAM Brasil publicou um relatório, apontando que a fome no mundo matará mais pessoas que o Covid-19. A notícia correu nos diversos meios de comunicação do país, e tem sido usada por bolsonaristas, para “provar” suas teses negacionistas. O principal argumento de Bolsonaro é de que estava certo em não fechar a economia, por meio do lockdown. Também os reformistas se posicionaram diante do relatório. O PT e satélites aproveitaram para dizer que o auxílio emergencial prorrogado é insuficiente, e que não pode ser interrompido no final do ano. O relatório ainda provocou grande impacto, ao colocar o Brasil ao lado de Índia e África do Sul, como possíveis epicentros da fome no mundo.

A concentração de renda tem ligação direta com a miséria, na outra ponta. A riqueza produzida pelas mãos dos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas.

O essencial do relatório mostra que 12 mil pessoas morrerão de fome, por dia, até o final do ano, no mundo. Números da Universidade John Hopkins indicam que o pico de mortes por Covid-19, no mundo, foi, em abril, 10 mil por dia, e vem variando entre 5 mil e 7 mil diariamente, nos meses seguintes. E que 122 milhões de pessoas estão sendo levadas à beira da fome. Somadas as 149 milhões que já ocupam esta amarga situação, serão aproximadamente 270 milhões de famintos pós-pandemia. A esses números, já assombrosos, o relatório inclui 821 milhões de pessoas, que já sofriam de “insegurança alimentar”, uma classificação superior a fome extrema.

Esses números estão ligados às condições de desemprego crescente, causados pela crise econômica, que já se desenvolvia e que foi impulsionada pela pandemia e pela política burguesa do isolamento social. Cerca de 305 milhões de empregos em tempo integral foram destruídos neste ano. Isso, somado aos 61% das pessoas do mundo que atuam no mercado informal, dá um quadro da barbárie social, imposto pelo capitalismo. Mesmo os países ricos não escapam à decomposição social: dados do governo do Reino Unido mostram que, nas primeiras semanas de lockdown, cerca de 7,7 milhões de adultos foram obrigados a reduzir o tamanho das suas refeições, ou pular refeições; e até 3,7 milhões de adultos precisaram recorrer à caridade, ou a um banco de alimentos.

Outro aspecto fundamental a ser levado em conta é a enorme

concentração de renda, na outra ponta do capitalismo. O grande capital se ampliou e concentrou riquezas absurdas. As 8 maiores empresas alimentícias, por exemplo, vão distribuir US\$ 18 bilhões aos acionistas, desde o começo da pandemia. Empresas como Netflix, Amazon, Microsoft, Google, Facebook e Tesla estão entre as que mais lucraram neste período. O burguês Jeff Bezos, que chegou a faturar US\$ 13 bilhões em um só dia, é cotado como candidato a primeiro trilionário da história humana, caso sua riqueza siga crescendo no mesmo ritmo, até 2026. A concentração de renda tem ligação direta com a miséria, na outra ponta. A riqueza produzida pelas mãos dos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas.

No Brasil, a miséria e a fome vêm crescendo desde 2014, devido aos efeitos da crise econômica mundial, especialmente a recessão de 2015/2016. O número de famintos, que era de 2,5 milhões naquele ano, chegou a 5,2 milhões, antes da pandemia.

Só em 2018, foram mais de 100 mil pessoas que entraram nessa estatística. A importância de se compreender este problema está nas respostas, que devem ser dadas pelo proletariado organizado, já que esta é a única classe que pode reverter o curso desastroso do capitalismo em decomposição.

O POR, desde o começo da crise sanitária, levantou a bandeira de necessidade da criação e defesa de um plano próprio de emergência de defesa da maioria oprimida, já que o método científico do isolamento social, para conter a propagação do vírus, não poderia ser aplicado na sociedade de classes. Dessa forma, prevaleceria a política burguesa do isolamento social, aquela que propagandeou o “Fique em casa!”, sem qualquer condição e estrutura para que as pessoas pudessem cumprir tal isolamento. Uma parte dos trabalhadores seguiu na produção social, sendo contaminados nos transportes coletivos e nas filas de banco, para sacar o miserável auxílio emergencial, e outra parte foi condenada à fome dentro de suas casas, sem trabalho, ou com o contrato suspenso e salários cortados pela MP 936. Eis aí o resumo da política burguesa do isolamento social.

Respondemos, desde março, que as centrais, sindicatos, movimento social, partidos de esquerda, juventude etc., não poderiam aceitar passivamente essa condenação de morte. Era preciso organizar e defender uma resposta coletiva dos explorados, o que significava convocar assembleias e aprovar um plano próprio de emergência. Apesar do Dia Nacional de Luta, 18 de março, estar convocado, antes da decretação da quarentena, foi desmarcado por essas direções sindicais e partidárias. Era dever das organizações ter mantido o dia 18, como ponto de partida para impor à burguesia um plano próprio de emergência, que garantisse o emprego (nenhuma demissão), garantisse o salário (nenhuma redução salarial), condições sanitárias (transferência imediata dos recursos de pagamento da dívida pública para o SUS), etc.

Defendemos também que o movimento social e político deveria se manter ativo, para combater os ataques que viriam. Não cabia, portanto, fechar os sindicatos e se encolher, diante da pres-



são política e econômica dos capitalistas e governantes. Sem a resposta proletária, o governo e a burguesia ficaram com as mãos livres para despejar a crise sobre as costas da maioria oprimida. A MP 936 é o corolário desse ataque do capital sobre a força de trabalho, mas também a MP 927, a PEC 10, que facultou ao Banco Central comprar títulos podres dos especuladores, entre outros. As multinacionais vêm se valendo da desorganização da classe operária para demitir em massa, reduzir os salários e avançar sobre direitos trabalhistas. O que acaba de se passar na Volkswagen, que obteve um acordo de demissão de 5 mil metalúrgicos, dá sequência a uma série de traições das direções sindicais, e da incapacidade das esquerdas de reagirem em favor dos empregos e salários.

Ainda que as frações burguesas divergissem em pontos secundários, quanto à forma da quarentena, concordavam no essencial: os pobres pagariam pela crise com o suor, com a vida e com a fome. Contaram, principalmente, com a subserviência das direções sindicais para resolverem seus atritos e imporem as medidas antioperárias e antipopulares. Essa situação desfavorável aos oprimidos pôs à luz do dia que, sem uma política própria, estarão condenados a aceitar, passivamente, a política imposta pela burguesia.

O POR foi atacado como “irresponsável”, por defender o não recolhimento das bandeiras e da luta independente do proletariado. Em debates que participamos e em nossos materiais, afirmamos a posição de independência política das massas exploradas, e denunciávamos a traição das burocracias sindicais e partidos de esquerda, entre outras coisas, por abandonar a defesa da força de trabalho, em troca de uma frente ampla por um impeachment, que não foi adiante, porque não era do interesse das mais poderosas frações capitalistas remover o governo. Com a mudança de tática política de Bolsonaro, a bandeira do impeachment perdeu força em setores da burguesia e pequena-burguesia. Agora, os reformistas e esquerdistas estão mergulhados nas eleições municipais. Continuam a desviar a atenção da classe operária e demais explorados, quando estão sob intenso ataque, e necessitam recuperar o terreno perdido por meio da ação direta e da organização independente.

Destacamos dois debates, dos quais participamos a convite do Sinasefe-SP. No primeiro, Unidade Popular (UP) estalinista e PSOL reformista se juntaram para proclamar nossa irresponsabilidade em chamar as massas para as ruas, para combater a política

burguesa do isolamento social e, em especial, naquele momento, para combater a violência policial, que avançou durante a pandemia. Dias depois, ambos partidos estavam nas ruas, correndo atrás do movimento das torcidas organizadas, que ocupou o vácuo deixado pelos partidos políticos. No segundo debate, sobre a ditadura do proletariado, Valério Arcary (Resistência/PSOL), esbravejou: “[...] E você defendendo que temos de chamar as massas às ruas em plena pandemia... dizendo que o risco do vírus é menor do que o risco de morrer de fome, está equivocado. O risco de morrer com vírus é real e imediato. E, portanto, não havia nenhuma condição de chamar as massas no 18 de março às ruas... era uma irresponsabilidade política.” Além de dizer o óbvio, que o risco do vírus é real e imediato, o que nunca negamos, esse renegado antimarxista mostrou sua profunda limitação política, ao não admitir que a consequência pelo abandono da luta política, mesmo durante uma pandemia, configura também uma condenação de morte para os oprimidos. A história se encarrega sempre de mostrar quem tem razão, mas isso não é motivo para qualquer comemoração de nossa parte. Ao se mostrar correta, a linha política porista apenas expõe a decom-

posição política das correntes reformistas, que ainda se auto proclamam marxistas. O vírus é real, a fome também.

Cabe à vanguarda com consciência de classe assimilar as lições dessa batalha política, travada durante esta profunda crise econômica e social, que ainda estamos atravessando. A conclusão desta assimilação só pode ser uma, o reformismo que dirige o movimento social no Brasil é o maior freio à luta de classes e à independência política das massas exploradas. É

preciso romper com a política colaboracionista e traidora destas organizações, que se unem à burguesia, para amedrontar os trabalhadores, e mesmo a sua vanguarda, que ainda se acha sob a política do reformismo e do centrismo. A reversão desta tendência, apontada pela Oxfam, de milhões de mortes pela fome, no próximo período, só será possível com um amplo movimento em defesa da força de trabalho e de um plano próprio do proletariado.

A tarefa imediata é a de exigir que as centrais sindicais e movimentos populares convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisação, para dar apoio às greves e movimentos que já estão em curso e colocar os demais explorados em choque frontal com os governos e a burguesia. Somente a classe operária organizada pode impor uma resposta aos planos antinacionais e antipopulares da burguesia e de seus governantes.

É preciso romper com a política colaboracionista e traidora destas organizações, que se unem à burguesia, para amedrontar os trabalhadores, e mesmo a sua vanguarda, que ainda se acha sob a política do reformismo e do centrismo.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Subserviência de Bolsonaro à dominação norte-americana

A presença de Mike Pompeo, Secretário de Estado dos Estados Unidos, no Brasil, sua inspeção em Roraima, e sua declaração ofensiva à Venezuela foram consideradas uma *“afrenta à tradição da diplomacia brasileira”*. É o que declarou o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, que não deixa de ser um capacho dos bolsonaristas. Ocorre que a subserviência tão explícita e extrema de Bolsonaro não poderia ser assumida pela oposição que serve à governabilidade.

A “visita” de Pompeo ao Brasil, Colômbia, Suriname e Guiana, países fronteiriços à Venezuela, indicou a retomada das pressões do imperialismo norte-americano sobre o governo nacional-reformista de Nicolás Maduro. Ex-chanceleres brasileiros, de diversos governos pós-ditadura militar, emitiram uma nota em defesa de uma diplomacia capaz de *“zelar pela estabilidade das fronteiras e o convívio pacífico e respeitoso com os vizinhos, pilares da soberania e da defesa”*. Nesse contexto, foram lembrados os princípios constitucionais, do artigo 4º, da Carta Magna, que estabelecem a independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, e solução pacífica dos conflitos.

Não é compatível com o capitalismo imperialista das economias atrasadas, a independência nacional real, uma das mais importantes tarefas democráticas, que tem ao seu lado a liquidação do regime latifundiário pela via da reforma agrária.

Esse amontoado de palavras soberbas não teve como esconder que Bolsonaro pratica o mais vergonhoso servilismo à política de Trump, porque expressa o próprio servilismo da burguesia nacional aos Estados Unidos. O vice-presidente, Hamilton Mourão, amenizou as críticas, lembrando que o Brasil é aliado dos Estados Unidos, desde a independência. Essa observação serviu para alertar os opositores de que a presença e declarações de Pompeo, em solo brasileiro, não poderiam ferir à Constituição, uma vez que acima dela estão os interesses gerais do imperialismo, guardião do capitalismo, que comanda a América Latina com punho de ferro. Se a Venezuela tem um governo nacionalista, que destoa das regras ditadas pelos Estados Unidos, também destoa do Brasil.

Desde o momento em que o governo de Hugo Chávez desobedeceu às ordens da Casa Branca, os governos norte-ame-

ricanos vêm tentando derrubar o regime nacional-reformista. Sem ter como intervir militarmente na Venezuela – como fez inúmeras vezes em países latino-americanos, a exemplo, Nicarágua, Honduras, Panamá, República Dominicana, Haiti, El Salvador, Guatemala e outros –, os EUA potenciaram a oposição pró-imperialista, e a colocaram no caminho do golpe de Estado.

A soberania e a autodeterminação das nações oprimidas são ficções constitucionais. Estão limitadas pelos interesses dos EUA e pela sua política mundial contrarrevolucionária. O alinhamento – direto ou indireto, aberto ou oculto, voluntário ou involuntário, a depender desta ou daquela situação, deste ou daquele governo – resulta, sempre, em maior ou menor subserviência. As burguesias nacionais latino-americanas, que no passado se dividiam mais nitidamente entre a fração nacionalista e a francamente pró-imperialista, se tornaram mais homogeneamente serviçais do imperialismo. A incapacidade do nacionalismo burguês de impor a autodeterminação e a soberania, bem como os inúmeros golpes de Estado, promovidos pelos Estados Unidos, que via-de-regra esmagaram o movimento operário, camponês e popular, levaram as nações oprimidas a se sujeitarem ao domínio monopolista e financeiro.

As derrotas do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, que ocorreram desde os anos de 1930, principalmente, e o maior controle das economias nacionais pelas potências, demonstraram a inviabilidade da autodeterminação e soberania nacionais, nos marcos do capitalismo. Não é compatível com o capitalismo imperialista das economias atrasadas, a independência nacional real, uma das mais importantes tarefas democráticas, que tem ao seu lado a liquidação do regime latifundiário pela via da reforma agrária. A soberania nacional, que não seja formal, tem por conteúdo histórico o controle real das forças produtivas nacionais, em detrimento do saque imperialista.

O nacionalismo burguês mais radical concebeu a noção de soberania como resultado do controle das forças econômicas internas sobre Estado. Objetivo que se alcançaria pela democracia e participação popular. A velha oligarquia cederia lugar à fração burguesa industrializante. Essa tese naufragou, uma vez que tal democracia e participação popular dependiam, não apenas do afastamento formal da fração oligárquica do Estado, que continuava com seus poderes econômicos intactos, como também de uma ruptura com o imperialismo, que lhe tirasse a

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

capacidade de controlar ramos inteiros da produção nacional e de ditar as condições financeiras das contas nacionais.

A constituição de um governo francamente pró-imperialista, como é o de Bolsonaro, que se aliou a um dos governos norte-americanos com traços fascistas mais acentuados, não foi obra do acaso, e não somente devido ao fracasso do governo nacional-reformista moderado do PT, mas fundamentalmente ao fato da burguesia brasileira se encontrar fortemente entrelaçada ao capital monopolista e financeiro. É sintomático que representantes da burguesia tenham insistido em que o problema não está em se alinhar aos Estados Unidos, mas sim ao governo Trump, que rompeu com as relações multilaterais. O que vem prejudicando os interesses nacionais do Brasil, que dependem de outros países, a exemplo da China, importadora de commodities.

Pompeo fez a peregrinação nos países fronteiriços, para mostrar que Trump retomava o objetivo de derrubar Maduro, e assim obter votos nas eleições norte-americanas, necessários para evitar uma derrota diante do candidato democrata, Joe Biden. Ao mesmo tempo, para questionar as eleições legislativas na Venezuela, que dariam sobrevida ao regime chavista.

De fato, a reação das oposições à interferência do Secretário de Estado dos Estados Unidos esteve sobrecarregada da carga eleitoral, que representa a disputa entre Trump e Biden. Não tem nada de defesa real da autodeterminação e soberania nacionais, mas de alinhamento político em torno às frações capitalistas norte-americanas.

Esse episódio ajuda a compreender por que somente a classe operária pode erguer uma real posição de defesa da independência, soberania e autodeterminação da nação oprimida. Em particular ao caso da Venezuela, é obrigatório se colocar, incondicionalmente, ao lado do governo nacional-reformista, por mais decomposto que esteja, diante dos ataques do imperialismo e da aliança reacionária do Grupo de Lima, que já tentou um golpe, com o vendido Guaidó à frente, e fracassou. A luta anti-imperialista é parte fundamental do programa democrático da independência nacional, que a burguesia nacional não pôde encarnar, e que o proletariado assume como tarefa democrática em sua luta pela derrubada da burguesia do poder, expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção, e constituição do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditaduras proletárias.

O plano de reconstrução e transformação do Brasil do PT: delírio nacional-reformista

Por Werner Abreu

A Fundação Perseu Abramo publicou em setembro o “plano de reconstrução e transformação do Brasil do PT”. É um documento que procura servir de base à busca da reconstituição de um governo “democrático e popular” nas eleições de 2022.

Um Brasil que só existe na cabeça do reformista

O plano tem em sua apresentação uma descrição do Brasil nos tempos dos governos petistas que ultrapassa em muito a realidade vivida. É como se o Brasil tivesse alcançado a utopia reformista de fazer um país soberano, justo e democrático. O fato de parte dos governos petistas terem atravessado uma conjuntura de crescimento mundial do comércio, que estimulou particularmente os países produtores de matérias-primas, e que os permitiu um fluxo de capital que, no caso do Brasil, foi, em parte (pequena), usado em programas assistenciais, não esconde que a desindustrialização do país em relação às potências aumentou, bem como a distância entre os mais ricos e os mais pobres; o país se manteve submetido politicamente aos EUA (a exemplo da intervenção no Haiti); a violência contra a mulher aumentou (apesar das leis de proteção aprovadas); a mortandade da população negra cresceu; os incêndios na Amazônia explodiram em 2009.

O próprio Lula reconhece que nunca a burguesia ganhou tanto dinheiro quanto em seu governo. E não esqueçamos de que foi no governo Dilma que se entregou o comando da economia diretamente aos bancos, na pessoa de Joaquim Levy, diretor do Banco Mundial.

Se o Brasil descrito na apresentação do documento fosse real, Dilma jamais teria sido vítima do golpe institucional, no

momento em que sua popularidade estava no auge.

As bases da crítica política e econômica petista denunciam sua subordinação a setores da burguesia mundial

Segundo o texto, o grande problema do Brasil se deve à ascensão de Bolsonaro, um governo fascista, que é subordinado à extrema direita norte-americana. Bolsonaro e seu ministro Guedes pretendem fazer a História andar para trás, para as políticas econômicas “ultrapassadas” dos anos de 1980 e 1990. O texto se opõe ao capitalismo neoliberal.

O próprio Lula reconhece que nunca a burguesia ganhou tanto dinheiro quanto em seu governo. E não esqueçamos de que foi no governo Dilma que se entregou o comando da economia diretamente aos bancos, na pessoa de Joaquim Levy, diretor do Banco Mundial.

Ao procurar apresentar uma base histórica para a realidade atual, se remete ao fim da 2ª Guerra Mundial, quando governos “progressistas” venceram e passaram a administrar o mundo segundo os princípios democráticos e de colaboração geral. É incrível onde chegou o reformismo brasileiro, ao ponto de elogiar os países abutres do mundo.

O fato é que a destruição maciça de forças produtivas pela guerra devastadora permitiu, durante algumas décadas, sua recomposição. Isso levou a um crescimento significativo da economia mundial, dentro desse quadro. A partir dos anos de 1970, esse processo se esgotou, e começaram a se retomar as crises econômicas de superprodução. Os governos, em geral, vão refletir essa mudança econômica, e não o contrário. As po-

tências vencedoras da 2ª Guerra Mundial e também as perdedoras vão fazer o que toda potência imperialista faz: exportar capital, importar matéria prima, disputar o mercado mundial saturado. Não foram as democracias que construíram a retomada econômica. A recomposição econômica é que permitiu o estabelecimento das democracias nas potências.

O que vemos hoje é exatamente o processo contrário: a crise mundial capitalista, detonada a partir de 2008, vai desintegrando as bases das democracias, inclusive nas potências, e projetando as tendências autoritárias e antidemocráticas. Foi esse vendaval internacional que também varreu o governo petista em 2016, e acabou levando ao governo Bolsonaro em 2019.

As estratégias do reformismo nacionalista se resumem à volta de um governo burguês “progressista”

No texto, repete-se diversas vezes que é preciso superar o capitalismo neoliberal. Afirma-se o chamado “socialismo democrático”. Este verniz serve para ocultar a defesa do capitalismo. Em nenhum momento, coloca-se qualquer medida de caráter socialista – entenda-se aqui, socialização dos meios de produção social. O próprio texto se autodeclara utópico. E é mesmo. Pretende reformar o Estado e torná-lo democrático, numa conjuntura dominada pelas tendências autoritárias e antidemocráticas da burguesia. Pretende fazer uma distribuição de renda mais justa, quando a burguesia e seus governos estão na linha da redução geral do valor da força de trabalho e destruição dos empregos. Pretende fazer uma assembleia constituinte para defender a democracia e democratizar o Estado, quando as forças da burguesia vivem a espezinhar suas próprias leis para obter suas necessidades de aumento da superexploração da força de trabalho. Falam em caminhar para uma sociedade da informação, da internet das coisas, da maior automação, ao mesmo tempo em que falam de preservar empregos, sem tocar na jornada de trabalho. Falam de uma reforma bancária, mas não dizem de onde virá a força para fazê-lo, dada a supremacia dos bancos sobre a economia e o Estado. Falam de deixar de lado o parasitismo financeiro, enquanto defendem o maior endividamento do Estado para impulsionar a economia. Falam de preservação da natureza, mas não tocam nos grandes proprietários de terra, responsáveis por 70% das queimadas. Pensam ser possível resolver os problemas de fornecimento de comida para a população assalariada com apoio ao pequeno e médio produtor,

sem atacar o grande, que contará sempre com as vantagens da produção mecanizada e fará falir seus concorrentes que se movam com métodos atrasados. Falam de soberania, quando o essencial das forças produtivas permanece e cresce seu controle pelas multinacionais.

Para tudo isso – afirmam – a condição é eleger o PT novamente para o governo federal, em 2022. Assim, defendem a maior unidade possível, tal qual aquela feita recentemente com PDT, PROS, PCdoB, PSB.

As boas intenções esbarram na realidade

O fato é que o PT teve sua chance, ao governar o país por 13 anos, dentro dos quais se viveu uma conjuntura econômica internacional favorável, que começou a acabar com a deflagração da crise em 2008, e terminou nos países produtores de matérias primas a partir de 2014.

Mostrou-se um serviço do capital nacional e internacional. Apoiou-se nas oligarquias mais reacionárias do país para governar. Enlameou-se na corrupção, azeite das engrenagens de todo Estado burguês. Reforçou a repressão estatal, por meio da criação da Força Nacional de Segurança e da Lei Antiterrorismo. Privatizou o que pôde, ainda que de forma distinta dos governos anteriores.

Todo o palavreado de justiça social, igualdade, democracia, soberania, crescimento, sustentabilidade, oportunidades iguais, não esconde que se pretenda retomar a constituição de um governo burguês, com traços bem leves de nacionalismo. Confessa que isso ainda depende de um multilateralismo mundial, que está fora de suas mãos.

O capitalismo mundial em crise não aponta para o fortalecimento da democracia burguesa e aumento do bem-estar social. Ao contrário, indica fortes tendências autoritárias e belicistas. A defesa da vida, tão repetida no texto, não se dará

por meio das eleições e do parlamento, que são usados para atacar a fundo a vida das massas por meio das contrarreformas.

É por meio da luta de massa, nas ruas, paralisando a produção social, em defesa das reivindicações gerais e mais sentidas pelas massas, em choque com a burguesia, seus governos e seus parlamentos reacionários, que se defenderá a vida, o salário, o emprego e os direitos dos explorados.

É por meio da unidade dos oprimidos sob o programa e direção da classe operária, por meio da frente única anti-imperialista, que se travará a luta em defesa nacional e pelo fim da ingerência externa.

É sob a estratégia da revolução e ditadura do proletariado que se resolverão as questões democráticas e sociais, para se fazer a transição ao socialismo como modo de produção, e não com slogan de campanha eleitoral. É preciso por fim ao capitalismo para se resolverem todas as grandes questões nacionais e se abrir caminho para um mundo socialista, onde não haja mais opressão de um país por outro. E é com um partido revolucionário, mundial e com suas seções nacionais, que se caminhará nesse sentido. Para isso, é preciso superar o reformismo decadente e submisso aos capitalistas.

Todo o palavreado de justiça social, igualdade, democracia, soberania, crescimento, sustentabilidade, oportunidades iguais, não esconde que se pretenda retomar a constituição de um governo burguês, com traços bem leves de nacionalismo. Confessa que isso ainda depende de um multilateralismo mundial, que está fora de suas mãos.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Duas campanhas se destacaram, na segunda quinzena de setembro: 1) demissão na Volks; 2) greve dos Correios. No caso da Volks, não houve tempo para se realizar uma campanha propriamente dita. A burocracia sindical mancomunou com a multinacional um acordo às portas fechadas e, abruptamente, realizou uma assembleia burocrática, que aprovou a demissão de 5 mil metalúrgicos, e perda de direitos. Na véspera e no dia da assembleia, distribuímos o Boletim Nossa Classe, e agitamos à distância contra o acordo, uma vez que a assembleia se deu no pátio interno da fábrica, e fechada. Ao mesmo tempo, o POR correu a divulgar um Manifesto, que também foi distribuído no dia da assembleia. Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe, o Manifesto e o balanço final.

Boletim Nossa Classe - setembro - Volks **Rejeitar integralmente o plano antioperário da Volks**

Os metalúrgicos da Volks e os seus sindicatos não podem aceitar um plano que demite mais de 5 mil, quebra direitos e congela salários. Se as direções dos sindicatos impuserem aos metalúrgicos esse plano, vão cometer um crime contra toda classe operária.

As montadoras aproveitaram a pandemia para destruir mais de 4 mil postos de trabalho. A Volks pretende destruir mais 5 mil, que, somados, são mais de 9 mil demissões. Isso quando, em toda cadeia produtiva, no comércio e serviço, milhões perderam seus empregos.

Em toda crise capitalista, o patronato defende seus lucros, rompendo contratos de trabalho, demitindo e reduzindo gastos com a folha de pagamento. É assim que descarrega todo o peso da crise sobre a classe operária e demais explorados. Está aí por que aceitar esse acordo maldito significa colaborar com a poderosa multinacional e com os demais capitalistas a sacrificar os empregos e os salários, em favor da proteção de seus lucros.

Não vamos aceitar que a Volks imponha mais esse plano con-



tra os metalúrgicos e contra toda a classe operária.

O Boletim Nossa Classe defende:

- 1) *que seja convocada uma verdadeira assembleia presencial e democrática na Volks;*
- 2) *que assembleia rejeite o plano de demissão, corte de salários e destruição de direitos;*
- 3) *que convoque assembleia geral de todos os metalúrgicos, para defender os empregos, salários e direitos;*
- 4) *que as centrais sindicais organizem, imediatamente, um movimento em todo o país em defesa dos metalúrgicos da Volks, contra toda e qualquer demissão massiva e recuperação dos empregos perdidos;*
- 5) *que as centrais sindicais comecem, já, sem perda de tempo, a organizar um Dia Nacional de Luta, com paralisações, em defesa de um plano de reivindicações de proteção à classe operária contra a crise do capitalismo, contra os ataques dos patrões e do governo.*

Responder ao plano antioperário da Volks com um plano operário

O ponto de partida de nosso movimento tem de ser: *Nenhuma demissão, nenhuma destruição de direitos, nenhuma redução ou perda salarial.* Sabemos que a multinacional está decidida a nos sacrificar. O que vai exigir uma dura luta.

Para isso, temos de defender nosso plano próprio. Ou seja:

- 1) redução da jornada, sem redução do salário;
- 2) estabilidade no emprego, não podendo demitir sem justa causa comprovada;
- 3) garantia do valor dos salários, com reajuste de acordo com a inflação;

Enfrentar a resistência do patronato e dos governos

Sabemos que os patrões não aceitam que a classe operária tenha um plano próprio para se defender do capitalismo que apodrece. Sempre vão usar sua ditadura de classe para impor suas violentas medidas. Contam, para isso, que as direções sindicais se curvem e colaborem, para que essa ditadura seja imposta sem nenhuma resistência dos operários.

Já faz algum tempo que as multinacionais vêm resolvendo seus problemas de adaptação à crise econômica, usando a flexibilização capitalista do trabalho. E as direções sindicais começaram cedendo as unhas e, agora, cedem nossos braços. Dizem que não temos força para lutar. Aí está uma grande mentira. A verdade é que essas direções desarmaram nossos sindicatos como instru-

- 4) manutenção dos direitos e recuperação daqueles que nos foram retirados nos últimos anos;
- 5) direito de constituir a comissão de fábrica independente, sem que seja decidida pela autorização da empresa.

O Boletim Nossa Classe defende que a classe operária tenha seu plano próprio de luta contra as medidas tomadas pelos capitalistas e pelos governos, nas condições de crise econômica. É com a luta coletiva e unificada da classe operária que defenderemos nossas fontes de existência e de nossas famílias.

mento de luta coletiva.

O plano de demissão da Volks mostra que as direções sindicais se submeteram às multinacionais, contrariando as necessidades e os interesses da classe operária.

O Boletim Nossa Classe defende que os metalúrgicos rejeitem ser levados ao matadouro. Que uma assembleia, verdadeiramente democrática, reprove o plano da Volks, e aprove um plano próprio de defesa dos empregos e salários. Que a assembleia se coloque pela greve, no caso da Volks manter seu plano. Que se constitua um comitê de base, capaz de participar da direção da greve e expressar a vontade das bases. Que se prepare para ocupar a fábrica, caso a Volks mantenha a intransigência ditatorial.

Não aceitar falsificações e mentiras

A Volks ofereceu um período de estabilidade para quem não for demitido. Essa é uma isca, para que a direção do sindicato tenha como falsificar e enganar os operários. O peixe morre pela boca. É diante disso que estamos correndo o risco. Não podemos aceitar nenhuma contrapartida, que sirva para demitir mais de 5 mil companheiros, acabar com direitos e reduzir os salários.

A estabilidade verdadeira será conquistada se a classe operária não colocar seu pescoço na guilhotina patronal. Se a classe operária lutar por seu plano próprio, então é possível impor

aos capitalistas a estabilidade. Caso contrário, é ilusório. A isca da Volks, que a direção do sindicato quer que os metalúrgicos mordam, serve para dividir os metalúrgicos, entre os que vão permanecer e aqueles que vão ser demitidos.

O Boletim Nossa Classe defende a unidade ferrenha dos metalúrgicos contra o plano da Volks. Combater a manobra patronal de dividir os operários para enfraquecer a luta. A bandeira que garante a unidade é: nenhuma demissão, nenhum corte de direitos e nenhum rebaixamento salarial.

Não seguir os maus exemplos

Começamos por lembrar o fechamento da Ford. A direção do sindicato conseguiu driblar os metalúrgicos. Não houve luta. Criou-se a ilusão de que a empresa seria comprada pela Caoa, e os empregos seriam garantidos. Resultado: mais de 3 mil postos de trabalho se fecharam. Agora, mais recentemente, a direção do sindicato metalúrgico de São José dos Pinhais, Paraná, submeteu a greve de 20 dias dos metalúrgicos a uma negociata final, que resultou em aceitar as demissões. Foi uma dura derrota para o movimento operário como um todo. Outros exemplos ocorreram, no caso dos petroleiros e metroviários. E estamos, neste momento, diante da importante greve dos trabalhadores dos Correios e da Embraer.

Vemos que a luta tem sido necessária, mas não tem contado

com uma direção verdadeiramente classista, e disposta a organizar toda força que tem os explorados. Essas experiências mostram que é preciso superar a desorganização e aumentar a capacidade de luta coletiva para vencer a ditadura dos capitalistas e seu governo.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que os metalúrgicos da Volks digam NÃO às demissões. E dizer NÃO às demissões exige uma assembleia verdadeiramente democrática, classista e combativa. É com a democracia operária que resolveremos nossas diferenças de entendimento e soldaremos a unidade na luta coletiva. Usemos os maus exemplos, para criar os bons exemplos para toda classe operária. Viva a luta da classe operária em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas!

Manifesto

Plano antioperário da Volks é de demissão de milhares de metalúrgicos

Direção do sindicato assume a causa da multinacional contra os trabalhadores

14 de setembro de 2020

A colaboração da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC com a montadora alemã é o maior obstáculo para os operários da Volks de São Bernardo defenderem os empregos, salários e direitos. Apesar do descontentamento nas bases e do temor das demissões em massa, nota-se que a direção do sindicato e a administração da empresa fizeram um enorme trabalho para conter a revolta. O acordo foi negociado nos bastidores e, depois, apresentado à imprensa. Faltando, apenas, portanto, obter uma aprovação fraudulenta de uma assembleia, convocada formalmente, e convencida de que não há outra saída, senão aceitação do acordo. É o que o presidente do sindicato, Wagner Santana, e o presidente da Volkswagen, Pablo Di Si, esperam da assembleia, que será realizada amanhã, às 13:30 horas. Tudo está planejado para não ter surpresas. O que quer dizer que o resultado da assembleia foi previamente definido.

No momento em que a direção do sindicato decidiu negociar a portas fechadas o violento plano, indicou que não queria nenhum tipo de resistência, nenhum protesto e nenhuma luta. Quando afirmamos que passou a defender a causa da Volks, dizemos que a direção do sindicato engoliu a justificativa de que a empresa vem passando por dificuldades e que não tem outra saída, senão demitir mais de 5 mil, congelar e reduzir salários, e retirar direi-

tos. Em outras palavras, a poderosa multinacional descarrega a retração da produção sobre seus assalariados. Mais do que isso, as tendências recessivas atingem a economia como um todo, assim, as demissões ocorrem em todos os setores. O que faz a Volks é o mesmo que está sendo feito pelas demais montadoras, Embraer, Petrobrás, Correios, etc. A classe operária está sendo duramente atingida pela crise econômica, cuja causa se encontra na brutal exploração do trabalho, na alta lucratividade, no parasitismo financeiro e, portanto, na anarquia da produção social, própria do capitalismo.

A atitude conciliadora da direção do Sindicato Metalúrgico do ABC com o capital também não é particular ao que se passa na planta de São Bernardo. Os demais sindicatos metalúrgicos vêm fazendo o mesmo, bem como o conjunto da burocracia sindical. As demissões em massa têm sido tomadas como inevitáveis, de maneira que os sindicatos nada podem fazer, a não se negociar os termos da demissão, redução de salários e retirada de direitos. É o que se passou com a greve dos metalúrgicos da Renault, em São José dos Pinhais, Paraná. A empresa não negociou o plano, a burocracia teve de recorrer à greve, a Justiça acertou os ponteiros e, assim, se consumou a traição. No caso da Volks, a diferença está em que se negociaram os termos do plano, para se evitar qualquer

movimento dos metalúrgicos.

A política da burocracia sindical é a de obter alguma contrapartida, para poder enganar, dividir e atemorizar. O sindicato pediu uma cláusula de estabilidade temporal, e a multinacional já a tinha guardada no bolso. Então, Wagner Santana pôde dizer à imprensa: “A proposta garante o emprego, e tem suas condicionantes e seus custos”. Na página da CUT, os termos do acordo (abertura de PDV, data-base, layoff, tabela salarial e outros) são introduzidos com o anúncio de que o Sindicato Metalúrgico do ABC e as plantas de Taubaté, São Carlos e São José dos Pinhais da Volkswagen chegaram a uma proposta de acordo que, entre outros itens, inclui a garantia de emprego por 5 anos. Está aí a contrapartida, que serve para dividir os operários e para criar a ilusão de que é um bom negócio. Por outro lado, se apresenta àqueles que serão demitidos, pela via do PDV, a indenização de “20 salários adicionais à tabela base” ou “10 salários adicionais”. Também nesse caso, se está acenando que é um bom negócio. O acordo prevê, politicamente, convencer aqueles que acham que não serão demitidos a não resistirem aos demais aspectos do acordo. Ou seja, a aceitarem um congelamento salarial integral ou parcial, a depender do mecanismo de uma tabela, até 2022. Em lugar de reajuste, a empresa oferece um abono em 2020, que, como se sabe, não se incorpora nos salários e direitos. Fixa um valor de PLR até 2024. Também sabemos que o PLR é uma forma de não aumentar os salários, e que a sua soma no ano, que parece um bom dinheiro, dividido por 12 meses, de fato é uma bagatela, no caso, seriam R\$ 1.000,00 mensais, e R\$ 12.000,00, no ano. Não é preciso expor os termos patronais do layoff, uma invenção inteligente dos capitalistas imperialistas, que os burocratas assumiram de corpo e alma, como parte da flexibilização capitalista do trabalho.

Se os instintos de revolta não forem maiores que as pressões montadas pela empresa e pela direção do sindicato, teremos consumada a segunda maior traição à classe operária, em pouco tempo, desfechada no berço do destacamento mais avançado da classe operária no país. A primeira se passou com o fechamento da Ford, e a segunda será com o acordo de demissão da Volks. Essas duas traições resultaram de inúmeras outras no passado.

O desmonte do movimento operário no Brasil, que havia dado um salto à frente nos anos de 1980 e 1990, se deu com a ascensão do PT e a sua chegada ao poder do Estado, com a eleição de Lula. É sob o governo petista que haverá um retrocesso profundo do movimento operário e camponês. A atual burocracia sindical é herdeira dessa política de colaboração de classes, nas condições em que o capitalismo se desintegra, o desemprego, subemprego, pobreza e miséria avançam. Sob a pandemia, as direções sindicais se submeteram à política burguesa do isolamento social, aplicaram a MP 936, e viraram as costas para as demissões em massa. Depois de seis meses de pandemia, a crise econômica permanece, e as multinacionais se ajustam, recorrendo ao facão e à desvalorização do preço da força de trabalho. A burocracia sindical, sob o governo do PT, serviu de instrumento para desorganizar profundamente o pouco que se havia conquistado nas duas décadas antecedentes e, na sequência, com a crise, passa a ser um instrumento direto do capital imperialista. Assim, se evidencia o lugar da burocracia socialdemocrata e reformista como agente do grande capital.

Esses agentes se desfizeram de bandeiras elementares do passado, como redução da jornada sem reduzir os salários, estabili-

dade no emprego, salário mínimo do Dieese, reajuste e aumento de salários, principalmente. Isso porque se submeteram profundamente aos capitalistas e seus governos, abraçando a parafernália da flexibilização capitalista do trabalho (PDV, banco de horas, layoff, PLR). É nesse terreno que se colocam como negociadores dos interesses da classe operária, de maneira que se veem obrigados a trair esses mesmos interesses. Não há como compatibilizar a defesa dos empregos, salários e direitos com o método da flexibilização

Se os instintos de revolta não forem maiores que as pressões montadas pela empresa e pela direção do sindicato, teremos consumada a segunda maior traição à classe operária, em pouco tempo, desfechada no berço do destacamento mais avançado da classe operária no país.

capitalista do trabalho. A aplicação dessa política, durante vários anos, enfraqueceu enormemente o movimento operário, e desmoralizou os sindicatos aos olhos da maioria dos assalariados, principalmente das camadas mais amplas despolitizadas e susceptíveis às pressões da política burguesa. O fechamento da Ford e, agora, o “acordo” de demissão de mais 5 mil metalúrgicos na Volks, levam o sindicalismo de colaboração de classes ao fundo do poço.

A vanguarda com consciência de classe tem de denunciar abertamente, sem nenhum rodeio, os traidores, e lutar com todo empenho para construir novas direções classistas, que retomem as reivindicações originais do movimento operário, os fundamentos da independência de classe, da organização coletiva e da democracia proletária. E que avancem no sentido da defesa do programa e da estratégia da revolução proletária, da constituição de um governo operário e camponês. Somente com esses princípios, programa e linha política classista, é possível libertar os sindicatos da casta burocrática, que deles se apossou. É preciso lembrar que, no fechamento da Ford, houve passividade e complacência das várias correntes, que se reivindicam do classismo e do socialismo. A burocracia de São Bernardo atacou fisicamente a militância que distribuía o Boletim Nossa Classe, porque defendia a ocupação da Ford e a convocação da assembleia geral dos metalúrgicos, para lutar pelos empregos. Agora, estamos diante de uma situação semelhante.

O Boletim Nossa Classe foi distribuído na segunda-feira, dia 14, que antecede a assembleia de amanhã. Nele, defendemos a total rejeição ao acordo de demissão. Levantamos as bandeiras: redução da jornada sem redução dos salários, para manter todos os empregos; estabilidade no emprego; reajuste e aumento dos salários; fim de todas as medidas de flexibilização capitalista do trabalho. Essa é a luta a ser travada, caso contrário, receberemos um novo golpe sobre a classe operária do país. É preciso que os metalúrgicos do ABC defendam os empregos da Volks, e que exijam das centrais sindicais que rompam o isolamento da greve dos Correios e da Embraer. É com a unidade grevista que nos defenderemos das demissões, do desemprego e da miséria.

***Abaixo o plano de demissão da Volks!
Fora o acordo traidor da direção burocrática!
Em defesa dos empregos, salários e direitos
trabalhistas!***

Declaração do Partido Operário Revolucionário

TRAÍÇÃO, TRAÍÇÃO, TRAÍÇÃO

Acordo de demissão na Volks agrava o desemprego no país

17 de setembro de 2020

Em uma assembleia de pouco mais de 20 minutos, passiva, sem nenhuma voz discordante, e com uma votação de quase 100% a favor, foi aprovado o acordo maldito. Com as duas mãos erguidas, a pedido do presidente do Sindicato Metalúrgico do ABC, Wagner Santana, os operários puseram a corda no seu próprio pescoço. O flagelo e suicídio foram considerados pela direção sindical como um bom acordo, tendo em vista “as condições econômicas do país”. Assim, a multinacional alemã fechará mais de 5 mil postos de trabalho, congelará os salários por alguns anos, reduzirá seu valor, e extinguirá direitos. Os mercadores da vida dos operários – direção sindical e montadora –, de mãos dadas, ofereceram em troca uma estabilidade de cinco anos para quem fica. Montaram um formato de acordo em que estaria assegurada a divisão entre os trabalhadores.

A poderosa empresa imperialista pagará as indenizações, que aparentam ser vantajosas, com uma pequeníssima fração do capital extraído da própria exploração do trabalho dos metalúrgicos. Em breve tempo, com o congelamento e redução salariais, a empresa reporá as indenizações. Em outras palavras, aqueles que continuarão trabalhando vão pagar os custos das milhares de demissões, e arcarão com uma maior taxa da exploração. “Do couro sai a correia”, e da correia sai o açoite. Esse é o conteúdo econômico e social do acordo costurado nos bastidores da Volkswagen.

Os administradores do capital da multinacional fizeram os cálculos de quanto economizariam com as demissões em massa, quanto ganhariam no futuro, quando voltasse a crescer a produção, e quanto precisariam economizar, congelando e reduzindo os salários, para pagar as indenizações e para, depois, faturar com o aumento da exploração da força de trabalho reduzida. Calcularam, ainda, uma contrapartida, que é a estabilidade, suplicada pela direção do sindicato. Nenhum capitalista gosta de dar nenhum tipo de garantia aos trabalhadores. Como se trata de uma concessão, e não de uma conquista imposta pela classe operária, a estabilidade não passou de uma moeda de troca vantajosa para o capital. Todos sabem que, se precisar descumprir essa cláusula, a multinacional tem força para isso. Com a reforma trabalhista, ficou mais fácil ainda de jogar na lata do lixo os acordos, que não mais interessam ao patronato. Qualquer que seja o ângulo, não há como demonstrar um só ponto favorável do “acordo” aos metalúrgicos. A ilusão sobre a estabilidade foi o componente político, para dividir as bases e ocultar a traição dos dirigentes sindicais.

A assembleia, aparentemente democrática, fez parte de uma grande fraude contra os interesses, não só dos metalúrgicos da Volks, como do conjunto da classe operária. A direção sindical

iniciou as negociações com a montadora, tendo como orientação não mobilizar os operários, não organizar nenhuma forma de luta. Estabeleceu como objetivo armar um acordo, de tal maneira que, quando apresentado às bases, já não havia o que fazer, a não ser aprová-lo em uma assembleia fajuta. Os operários deveriam ficar à margem das tratativas. Quanto mais desconhecêssem o que se passava nos bastidores dos encontros, entre a burocracia do sindicato e os administradores da empresa, melhor seria. Eis por que a Tribuna Metalúrgica evitou levar regularmente aos operários a discussão sobre os termos do acordo.

A conduta política, assim, foi a de ocultar ao máximo o escandaloso plano de mais de 5 mil demissões. O conteúdo dessa posição derrotista se baseou, desde o início, em aceitar as exigências da multinacional, e utilizar a “estabilidade” como um

A conduta política, assim, foi a de ocultar ao máximo o escandaloso plano de mais de 5 mil demissões. O conteúdo dessa posição derrotista se baseou, desde o início, em aceitar as exigências da multinacional, e utilizar a “estabilidade” como um recurso diversionista e divisionista. Esse é o método da política de conciliação de classes, em que o sindicato é submetido aos interesses do capital contra o trabalho.

recurso diversionista e divisionista. Esse é o método da política de conciliação de classes, em que o sindicato é submetido aos interesses do capital contra o trabalho. Esse método, manejado pela direção sindical, tem por pressuposto a derrota sem luta. A burocracia, neste caso, não precisa se valer da política de conciliação, para derrotar uma luta, como ocorreu com a recente greve dos metalúrgicos da Renault, em São José dos Pinhais, Paraná. A derrota sem luta é favorável, tanto à burocracia, quanto aos capitalistas. Para isso, é preciso de algumas condições. Os patrões devem dispor-se a negociar às portas fechadas, e a apresentar uma “contrapartida”, que justifique a derrota sem luta. Os operários, por sua vez, têm de estar premidos,

temerosos e fragmentados, de maneira que seu instinto natural de revolta esteja esmagado. A pandemia e a política burguesa do isolamento social resultaram em demissões em massa, sem que houvesse resistência dos sindicatos e centrais. De fato, não apenas não resistiram, como se adaptaram e contribuíram para potencializar as pressões dos exploradores sobre os explorados. A aplicação da MP 936 comprova essa denúncia. O temor das demissões e suas consequências para a vida da família operária facilitam a divisão em suas fileiras, uma vez que os seus sindicatos e suas direções políticas não se dispuseram a organizar a luta, e elevar a consciência das massas sobre as causas das demissões, desemprego, subemprego, redução dos salários e avanço da pobreza, miséria e fome. A assembleia da Volks, de 15 de setembro, retratou essas terríveis condições, contrárias às tendências instintivas de revolta coletiva. Estampou a profunda derrota sem luta. A multinacional saiu ilesa, triunfante.

A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC acumula uma enorme experiência com a aplicação da política de colaboração de classes. Já não tem nenhum traço de identidade com a inexperien-

te burocracia que se forjou nas greves do período de 1980 e 1990. Uma burocracia centrista, que ora levava os trabalhadores a se chocarem com o patronato e governo, ora bloqueava os combates. Nesse período de ascenso do movimento operário, camponês e das massas em geral, os dirigentes assumiam bandeiras, como redução da jornada sem reduzir os salários, estabilidade no emprego, reposição e aumento salariais, salário mínimo do Dieese, independência dos sindicatos e soberania das assembleias, etc. O seu vínculo com a política reformista do PT e aliados se encarregou de transformar essa burocracia, que chegou a se autodenominar de “sindicalistas autênticos”, em correia de transmissão da política de Estado. Evidentemente, a projeção de Lula até a presidência da República fortaleceu a tendência burocrática colaboracionista, autoritária, antioperária e contrarrevolucionária. As multinacionais, principalmente as montadoras, tiveram um lugar privilegiado na administração de Lula. A burocracia sindical do ABC e, em geral da CUT, serviu de porta-voz das montadoras. Apoiou as medidas governamentais de subsídios ao capital multinacional do setor automobilístico, assumiu a manobra do que se chamou “Autovisão” da Volks, para justificar a diminuição de postos de trabalho, afastamento e demissão. É nesse terreno que renunciou às reivindicações do passado, e as substituiu pelo método da flexibilização capitalista do trabalho (banco de horas, layoff, PDV, PLR, etc.).

Observa-se que, passo a passo, essa fração da burocracia se tornou apêndice do capital imperialista. Enquanto foi possível jogar com essas variantes da flexibilização, a burocracia negociadora pôde, em certa medida, ocultar seu caráter completamente reacionário. Mas, a aplicação de tais medidas se mostrou provisória. Rapidamente, envelheciam, diante do avanço da desintegração do capitalismo. Recentemente, a direção do sindicato do ABC teve de usar de toda a artimanha para enganar os metalúrgicos da Ford, que se viram desempregados, com o fechamento da planta da montadora na região. Agora, essa mesma direção mancomunada com a Volks, para impor as demissões em massa. O método da flexibilização capitalista já não funciona em si mesmo, uma vez que as multinacionais necessitam reagir ao excedente da força de trabalho, nas condições de uma jornada de 8 horas. Esse foi o argumento, tanto da Volks, quanto da direção do sindicato, para justificar a destruição de mais cinco mil vagas. Os burocratas puseram de lado, definitivamente, a bandeira de redução da jornada sem redução salarial e estabilidade no emprego.

Um acontecimento tão contundente como a demissão de milhares em uma só empresa não mereceu a devida atenção e resposta do movimento sindical e popular. As correntes de esquerda desconheciam o que se passava na Volks. Não se esforçaram em denunciar e se mobilizar contra o acordo maldito. Foi o que também ocorreu com o fechamento da Ford. Até os mais esquerdistas, que tanto falam de socialismo, luta operária independente, etc., se omitiram vergonhosamente. Estão empenhados em inserir suas candidaturas nas eleições municipais. As centrais sindicais tinham, pouco antes, divulgado uma nota, intitulada “Pela anulação das demissões na Embraer”. Denunciaram as 2.500 demissões, e pediram, em palavras, que a empresa anulasse a decisão. O cinismo se tornou visível, quando não fizeram nada para combater as demis-

sões na Volks. O próprio Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à Conlutas, ambos dirigidos pelo PSTU, não levantou um dedo para rechaçar o acordo da Volks, e defender a unidade dos operários na luta contra as demissões.

É próprio da política e do método sindical da burocracia – tanto de direita quanto de esquerda – desvincular o ataque do capitalista em uma fábrica do restante da classe operária. É como se a demissão na Volks dissesse respeito apenas aos seus operários e ao sindicato de sua base. É como se o que acontece na Embraer não atingisse o conjunto dos explorados. Esse corporativismo oculto que os explorados estão diante de uma onda de demissões, que tomou corpo na recessão de 2015 e 2016, e que, agora, se eleva às alturas, e esmaga a vida da maioria oprimida.

Observa-se que, passo a passo, essa fração da burocracia se tornou apêndice do capital imperialista. Enquanto foi possível jogar com essas variantes da flexibilização, a burocracia negociadora pôde, em certa medida, ocultar seu caráter completamente reacionário. Mas, a aplicação de tais medidas se mostrou provisória. Rapidamente, envelheciam, diante do avanço da desintegração do capitalismo.

O grande problema da situação se concentra, precisamente, na firme defesa dos empregos. Está colocado pôr em pé um movimento nacional. Ocorre que as direções sindicais se vêm submetendo à ofensiva do governo e da burguesia, principalmente dos monopólios industriais, que refletem no Brasil seus problemas internacionais. A burocracia desconhece as demissões, ou colabora diretamente para que ocorram sem luta. As esquerdas levantam reivindicações justas, mas estão amarradas por detrás das frações burocráticas e do movimento opositor do reformismo ao governo Bolsonaro. De forma que têm permanecido passivas, como acaba de demonstrar o bárbaro acordo de demissão na Volks.

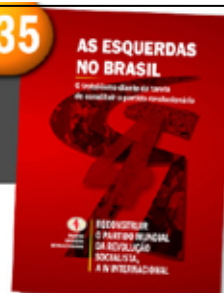
Não surpreendeu à militância do POR, que interveio contra o acordo e a assembleia fraudulenta. A assembleia no pátio da fábrica impossibilitou a divulgação interna do boletim Nossa Classe. Mas, os operários vieram até o alambrado para pegar o Boletim. Logo vimos que havia um interesse em saber sobre uma posição oposta à da burocracia pró-multinacional. Como vimos, tudo se passou às escondidas, e o acordo foi abruptamente imposto aos metalúrgicos, que, no dia anterior à assembleia, foram informados em cada ala do chão-de-fábrica sobre o que iriam votar. Os burocratas do comitê sindical de empresa pretenderam impedir a distribuição, mas viram que era mais conveniente não fazer um enfrentamento, uma vez que a assembleia estava suficientemente amarrada, dos pés à cabeça. O fundamental desse acontecimento é que esteve presente a política proletária, ainda que não tivesse como ser encarnada por uma vanguarda.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



No passado, entre 2001 e 2008, se organizou uma oposição no interior da Volks, chegando a influenciar a Comissão de Fábrica. Mas, por não ter se elevado ao programa da revolução proletária, encarnado a democracia sindical, desenvolvido as reivindicações, e não ter sido capaz de fazer o trabalho legal e clandestino, acabou dissolvendo-se. O que atrasou a luta pela constituição de uma direção classista e revolucionária. A assembleia, assim, pôde passivamente ser controlada pela burocracia traidora.

As experiências do passado e a do presente expõem a importância decisiva de erguer uma direção consciente, socialista. A derrota sem luta é a pior das derrotas. Sabemos que cala fundo no ânimo do proletariado. Mas, as contradições do capitalismo são brutais. Esse acordo logo se mostrará insuficiente. E, em outras fábricas do ABC, os mesmos problemas se manifestam, a exemplo da Kostal e Mahler. Em todos os ramos da produção, comércio e serviço, a crise se espalhou nos últimos meses. O programa de reivindicação da classe operária deve ser agitado e propagandeado pela vanguarda com consciência de classe.

A luta contra a burocracia vai acirrar-se. As tendências instintivas de luta continuam sendo alimentadas pelos ataques dos governos, com suas contrarreformas, e dos capitalistas, com as demissões, redução dos salários e destruição de antigos direitos trabalhistas. É nelas que a vanguarda com consciência de classe deve apoiar-se, contra os exploradores e seus lacaios que controlam os sindicatos.

Abaixo a acordo de traição aos metalúrgicos da Volks e à classe operária como um todo!

Por um plano de reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos!

Lutemos pela independência dos sindicatos, pela democracia operária e pela organização de base!

Constituir as oposições classistas, antiburocráticas!

Boletim Nossa Classe - Ceará

O Boletim Nossa Classe da segunda quinzena de setembro denuncia a alta dos preços dos alimentos. Rechaça o estúpido pedido de Bolsonaro para que os empresários mostrem patriotismo e mantenham os preços. Diz: *“O que explica o aumento dos preços é o fato dos produtores e grandes negociantes preferirem exportar o arroz (em dólar), em detrimento do abastecimento do mercado interno e o desejo dos supermercadistas de ganharem mais, alegando que estão co-*

brindo perdas passadas”.

E conclui: *“Boletim Nossa classe defende a bandeira de reajuste automático dos salários de acordo com a alta dos preços dos alimentos (escala móvel dos salários). Se subiu a inflação, que subam os salários! Não pagaremos o preço pelo lucro dos empresários. Defende também a bandeira de controle operário da produção e distribuição dos alimentos, única forma de pôr fim à especulação e ganhos exorbitantes dos comerciantes”.*

NOSSA CLASSE
Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!
Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário-POR - SETEMBRO de 2020

Altas nos preços dos alimentos

A alta do preço dos alimentos, no último período, tem chamado a atenção de todos. Os preços de alguns gêneros de primeira necessidade dispararam nos supermercados. O IBGE, nesta quarta (23/09), anunciou que a prévia da inflação oficial para o mês de setembro é mais alta desde 2012. Segundo o mesmo IBGE, o tomate teve alta acumulada no ano de 22,53%; o óleo de soja de 20,33%; o leite longa vida de 5,59%; o arroz de 28,05% e o feijão de 23,1%.

O governo pediu pateticamente "patriotismo" aos empresários para não aumentarem os preços e o Ministério da Justiça ensaiou notificação aos distribuidores/produtores, para logo dizerem que não haveria intervenção no mercado. Os empresários poderão especular livremente com os

Correios

A greve dos Correios durou pouco mais de um mês. Nesse terreno, se travou uma luta, de um lado, contra a inflexibilidade do governo; de outro, contra a direção conciliadora, divisionista, legalista e manobrista. A militância porista se empenhou em participar do movimento, expondo claramente a defesa do método grevista, coletivo, democrático e do caráter ativo da greve. Assim, trabalhou pela greve, distribuindo o Boletim Nossa Classe Ecetista, participando dos atos e assembleias. Um ponto particular da campanha do POR se dirigiu às centrais e sindicatos, exigindo que lançassem o apoio ativo ao movimento. O seu isolamento foi uma das causas da derrota final, apesar da disposição dos grevistas, que paralisaram cerca de 70% das atividades. Propagandeou e agitou a bandeira de convocação imediata do Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários, direitos e apoio à greve dos Correios. No jornal Massas anterior, expusemos, desde o início, a campanha. Agora, damos continuidade, e publicamos o balanço final.

O Boletim Nossa Classe Ecetista do Rio Grande do Norte, de 17 de setembro, traz a bandeira *“Em defesa da greve dos Correios! Contra a privatização! Que as centrais convoquem um Dia Nacional*

de Luta!”. Publica a *“Nota de solidariedade aos ecetistas de RN”*. *“O Boletim Nossa Classe (POR) se solidariza com a categoria dos trabalhadores ecetista e com o dirigente sindical Shampoo, que foram alvo do ataque de um bolsonarista no ato de 14 de setembro, no CDD Zona Norte”*. E defende a ampliação e o fortalecimento da greve, por meio de piquetes, atos de rua, assembleias presenciais e constituição de um Comando de Greve.

O Boletim Nossa Classe Ecetista de Pernambuco, da segunda quinzena de setembro, levanta a bandeira *“Unir a luta contra a Reforma Administrativa ao fortalecimento da greve dos correios”*. Mostra que os explorados estão sofrendo ataques generalizados do governo e da burguesia. E propõe: *“as centrais sindicais têm o dever de promover as assembleias de todas as categorias, e marcar um verdadeiro dia nacional de paralisação, que seja o ponto de partida para a reconstrução da greve geral”*. Afirma: *“A vanguarda com consciência de classe, que atua no funcionalismo público, tem uma grande tarefa a cumprir, para evitar o caminho do corporativismo e fazer da luta contra a EC 32/2020 uma ponte para a unidade com os ecetistas em greve, os demais trabalhadores das estatais, os terceirizados, os trabalhadores do setor privado, os precarizados e desempregados”*.

Por um verdadeiro balanço classista da greve dos Correios

23 de setembro de 2020

Como era de se esperar, o julgamento do Dissídio Coletivo, em 21 de setembro, no Tribunal Superior do Trabalho, resultou na confirmação dos ataques da ECT e do governo contra os trabalhadores dos Correios.

Embora a relatora do processo, a ministra Kátia Arruda, tenha sido favorável à manutenção das cláusulas do Dissídio anterior, cujos 79 pontos estavam valendo já há muitos anos, alguns dos quais há mais de uma década, a maioria dos ministros do Tribunal votou pela revogação do Acordo Coletivo, mantendo apenas 20 cláusulas “sociais”, além das 9 já aceitas anteriormente pela empresa. Além disso, o TST indicou um miserável reajuste de 2,6%, e impôs o retorno ao trabalho, com a determinação de multa diária de 100 mil reais aos sindicatos que descumprissem a determinação.

As duas federações, FINDECT e FENTECT, bem como seus sindicatos filiados, embora com orientações distintas durante a greve, convergiram por acatar a decisão do TST e, no dia 22 de setembro, a greve nacional foi encerrada oficialmente. É preciso realizar um balanço desta derrota histórica, para os ecetistas e para os trabalhadores em geral, que avança na política de destruição de direitos, aumento da exploração e destruição dos serviços públicos.

Antecedentes da Greve

A greve foi aprovada, nos mais de trinta sindicatos da categoria, em 17 de agosto. Havia uma orientação conjunta das duas federações, a FENTECT e a FINDECT, para que a greve se iniciasse às 22 horas do dia 17, para fazer pressão ao Supremo Tribunal Federal que, naquela semana, julgaria a liminar da ECT contra o Dissídio Coletivo de 2019, cuja validade seria de dois anos, mas estava sendo contestada.

A greve se iniciou, portanto, como parte da pressão ao judiciário. Suas raízes, no entanto, estão ligadas ainda ao ano de 2019, quando assumiu o general Floriano Peixoto, apresentado, em junho daquele ano, como aquele que apoiaria a privatização dos Correios, seguindo a orientação de Bolsonaro/Guedes.

Já nos primeiros meses na presidência da empresa, o general da reserva indicou que modificaria o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), retirando cláusulas que estavam acima do “padrão da CLT”. Em setembro de 2019, durante uma semana, os trabalhadores dos Correios fizeram uma greve, e tiveram confirmada a manutenção dos direitos anteriores. O Dissídio Coletivo teria validade de 2 anos (2019-2021), tendo sido homologado pelo TST em outubro. Imediatamente após esta decisão, a direção da empresa começou a contestar e fazer uma campanha contra os ecetistas, o que resultou, ainda em novembro de 2019, na ação liminar da ECT contra o Acordo Coletivo, que foi concedida pelo ministro Dias Toffoli.

Com efeito, já no início de 2020, houve modificação no custeio do Plano de Saúde dos ecetistas, tornando-o inviável para milhares de trabalhadores, e houve corte no repasse do valor do vale-alimentação, diminuído em cerca de R\$ 200,00, com a justificativa de que a empresa não deveria pagar o mês fechado, e somente

os dias “efetivamente” trabalhados. Com a pandemia, o trabalho aumentou (calcula-se que as entregas cresceram 30%), entretanto, as condições pioraram: não houve entrega de EPIs em todos as agências e centros, ocorrendo seguidas tentativas de corte nas gratificações dos afastados em função do Covid, apesar dos lucros terem crescido no mesmo período.

Como se vê, essa sequência de fatos comprova que havia um claro plano do governo, para enxugar as despesas com a folha de pagamento da empresa. Além das medidas de redução salarial, de aumento da exploração do trabalho, o ministro Paulo Guedes reafirmou, ao longo deste ano, a necessidade de envio de projeto de lei, para quebrar a obrigatoriedade do serviço postal dos Correios, permitindo o fatiamento da empresa estatal, acenando assim para os grandes capitalistas do setor, nacionais e internacionais, que exigem a sua privatização.

Diante deste cenário, com linhas bastante evidentes, a burocracia das duas federações e das dezenas de sindicatos regionais e estaduais apenas esperou o julgamento do STF, e depois do TST. Não preparou os trabalhadores para um enfrentamento que fatalmente viria. Não havia grandes surpresas. Obtida a “vitória” de outubro de 2019 (sem a recomposição das perdas salariais), vieram seguidos ata-

ques da empresa, mesmo antes da pandemia, sem uma resposta coletiva que estivesse à altura da ofensiva desfechada pelo governo/empresa/judiciário. O período da pandemia passou sem atividades ou mobilização (mesmo com as contaminações e mortes dos ecetistas). O dia 18 de março já havia sido desmontado, e apenas em meados de agosto, quando se iniciou a greve, retomou-se a luta coletiva.

O que estava em jogo na greve? O Acordo Coletivo

Embora os sindicalistas estivessem caracterizando à exaustão as “maldades” de Bolsonaro, Guedes, Floriano Peixoto, STF e TST, e revelassem a cada novo discurso ou nota pública a “perplexidade” diante da ação conjunta do governo, empresa e judiciário, o que ocorreu, agora, com os trabalhadores dos Correios, é apenas parte da política geral dos capitalistas e de seus governos para rebaixar o valor da força de trabalho, e reduzir o padrão médio dos salários, diante da enorme crise capitalista, que se arrasta há mais de uma década, em todo o planeta.

O ACT de 2019 reafirmava cláusulas sociais e econômicas, como o direito ao anuênio, ao adicional de 30% sobre o salário-base, ao auxílio especial para filhos com deficiência; garantia de 70% nas férias; previa licença maternidade de 180 dias e reembolso creche; garantia a indenização por morte ou invalidez permanente; garantia o pagamento do valor das horas-extras; permitia a liberação de dirigentes sindicais, etc. Dos 79 pontos do Dissídio anterior, restaram 29, a maioria dos quais sem qualquer impacto econômico para a empresa. Calcula-se que a redução salarial no contracheque dos trabalhadores deve ficar em torno de 40%, o que

É preciso realizar um balanço desta derrota histórica, para os ecetistas e para os trabalhadores em geral, que avança na política de destruição de direitos, aumento da exploração e destruição dos serviços públicos.



Além do ACT, se colocou na greve a luta contra a privatização da empresa. O projeto de privatizar os Correios não é fruto apenas deste governo, ou da atual direção da ECT. É parte da política pró-imperialista para os países atrasados, que serve, de um lado, para entregar o patrimônio nacional e, de outro, para garantir, de tempos em tempos, vultosos pagamentos da Dívida Pública.

torna ainda mais miserável o “reajuste” de 2,6%, dado pelo TST.

Esse ataque desfechado contra os ecetistas encontra paralelo na Medida Provisória 936, editada em abril, que já atingiu mais de 16 milhões de contratos pelo país, permitindo a redução de 25% a 70% dos salários, afetando os trabalhadores das empresas privadas e, sobretudo, a classe operária. Editada excepcionalmente e transformada já em lei (Lei 14020), a MP da redução salarial é também parte das medidas de flexibilização das leis trabalhistas, que foram esmagadas com a contrarreforma de 2017, do governo Temer. Para dar sequência à destruição dos direitos trabalhistas, agora, em 3 de setembro, foi também apresentada a PEC da Reforma Administrativa, que pretende acabar com a estabilidade do funcionalismo público.

Assim, como elos de uma mesma cadeia, tivemos: a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a MP 936, o fim dos ACT de empresas públicas (trabalhadores da Petrobrás também foram recentemente atacados), e a Reforma Administrativa – um conjunto de medidas e leis, cujo objetivo foi e é o de rebaixamento do valor da força de trabalho, aumento da exploração, manutenção da lucratividade dos capitalistas e pagamento das Dívidas Públicas pelos governos. A defesa do ACT pelos trabalhadores dos Correios se deu no interior deste quadro.

Política privatista

Além do ACT, se colocou na greve a luta contra a privatização da empresa. O projeto de privatizar os Correios não é fruto apenas deste governo, ou da atual direção da ECT. É parte da política pró-imperialista para os países atrasados, que serve, de um lado, para entregar o patrimônio nacional e, de outro, para garantir, de tempos em tempos, vultosos pagamentos da Dívida Pública. De Collor a Bolsonaro, nenhum governante interrompeu o ciclo de privatizações, de entrega de riquezas nacionais e patrimônios es-

tatais. A venda da Eletrobrás, dos Correios, da Casa da Moeda, por exemplo, foi levantada por Temer, que não teve tempo nem apoio político para levar adiante o privatismo. Bolsonaro e Guedes têm dado passos mais firmes em direção a este objetivo.

O enxugamento do quadro de funcionários (passou, de cerca de 105 mil, para 99 mil), a retirada das cláusulas econômicas do ACT (redução em média de R\$ 1.200,00 dos salários), o anúncio de projeto para acabar com a obrigatoriedade estatal do serviço postal, são passos firmes para permitir a privatização da empresa nos próximos anos, destruindo mais esse serviço público, como exigem os capitalistas e o imperialismo.

Papel das direções: imobilismo, colaboração e traição

A greve que precisava enfrentar governo, empresa e judiciário, e trazia em seu bojo a luta contra a política mais geral dos governos e capitalistas, precisava ter uma direção política à altura dessa tarefa. Desgraçadamente, contava, de forma majoritária, com reformistas, estalinistas e toda laia de traidores.

Como a categoria está espalhada pelo país e de forma desigual (São Paulo concentra cerca de 20% de todos trabalhadores), as federações nacionais têm um peso decisivo para orientar cada uma das lutas e campanhas anuais. Assim, a direção das federações teve um papel decisivo, para o desfecho da greve, contra as reivindicações dos trabalhadores.

A FINDECT, dirigida pela CTB/PCdoB, reúne apenas cinco sindicatos dos 34 existentes, mas dirige dois dos maiores do país (SINTECT-SP e SINTECT-RJ; além de SINTECT-MA, SINTECT-TO e SINDECTEB – este representa parte do interior de SP). Sem dúvida, teve, desde o início da greve, a postura mais imobilista e legalista, colaborando diretamente com a política burguesa de isolamento social, que enfraqueceu a greve em duas capitais fundamentais para o movimento, SP e RJ. É preciso ressaltar, com todas as letras, a capitulação das direções sindicais diante das manobras governamentais e patronais, que usaram a política do isolamento social para impor seus planos antioperários e antipopulares.

A direção da FINDECT orientou a realização das assembleias online do início ao fim da greve, não organizou grandes atos de rua, com passeatas, nem impulsionou, a partir da sua própria Central, a CTB, a realização de atividades conjuntas com outros setores. Em nenhum momento, levantou a necessidade de um Dia Nacional de Luta, que pudesse garantir a unidade com outros trabalhadores, e fortalecer o movimento grevista. Esteve e está sob a orientação parlamentar e legalista. Afirmou, em mais de uma nota pública, que os grevistas deveriam manter a “tranquilidade”, acreditando na justiça e realizando atividades “ordeiras”. Os métodos da ação direta são desconhecidos por esta direção: os piquetes para paralisar 100% das atividades, as grandes passeatas por vias públicas, o bloqueio de avenidas e rodovias, a exigência política de que as centrais e sindicatos saíssem na prática em defesa dos grevistas – nada disso apareceu como palavra de ordem para impulsionar a mobilização. Não se pode ocultar que, neste momento, a Volkswagen anunciava o plano de demissão de 5.000 metalúrgicos, de redução salarial e de quebra de direitos. Nada foi feito pela burocracia sindical para reagir a esse ataque brutal contra os empregos. É como se o ataque aos trabalhadores dos Correios não fosse o mesmo contra os operários da Volks.

Não é à toa que, no dia do julgamento do TST, 21 de setembro, o grande “evento” de greve, organizado pela FINDECT foi a disponibilização do link, para que os grevistas assistissem ao julga-

mento ao vivo. Não houve uma única manifestação no dia, considerado o “mais importante” para a categoria. Esta direção pelega justificou o imobilismo do dia, afirmando que não havia um lugar para concentrar a mobilização, já que o julgamento seria também de forma remota, descentralizado, e que era preciso respeitar a determinação de não “aglomeração” (em oposição à FENTECT e seus sindicatos, que organizaram uma caravana para Brasília). Ainda no mesmo dia em que o TST rasgou o Acordo Coletivo, a FINDECT já havia orientado a realização das assembleias online. Ou seja, a decisão do TST, qualquer que fosse, já havia selado a greve para a direção traidora da FINDECT. Em São Paulo, o SINTECT-SP, como das demais vezes, exigiu cadastramento prévio, para controlar todos os “presentes” na assembleia online.

A FINDECT, com o resultado das assembleias sindicais, anunciou, ainda no dia 21 de setembro, no final da noite, o encerramento da greve e a orientação às suas bases, que retornassem já no dia 22 ao trabalho. A burocracia tremeu, como vara verde, as multas diárias (tão recorrentes na justiça burguesa), sob a justificativa de que poderiam “quebrar” os sindicatos, ainda mais agora que a liberação sindical também foi retirada do ACT, e os sindicatos é que devem bancar seus diretores. Mais um ataque que esta burocracia traidora não poderia responder à altura, porque colabora vergonhosamente com governo e empresa.

A FENTECT, ligada à CUT, tem em seu interior uma oposição mais bem estabelecida, com militantes de diferentes correntes e orientações. Há militantes da CSP-Conlutas, da InterSindical e de correntes regionais como a LPS (formada a partir de uma racha no PCO, e que também dirige o SINTECT-MG), compondo a direção da federação. Essa composição mais diversa e mais à esquerda permitiu levantar métodos de ação mais aguerridos, que tiveram projeção durante a greve.

Como parte desse quadro de mobilização, em vários estados, quebrou-se a política burguesa de isolamento social e as assembleias, desde o início, foram presenciais e expressaram a democracia sindical. Na região Sudeste, por exemplo, tanto em Minas Gerais quanto no Espírito Santo, realizaram-se assembleias presenciais, para definir a greve e organizar as mobilizações semanais. Na maioria dos estados do Nordeste, ocorreram atos de rua, panfletagens nas praças públicas, fechamento de agências. No Sul, atos, tanto no interior, quanto na capital do Rio Grande do Sul e Paraná, mostraram a disposição e a unidade da categoria. Em Indaiatuba, no interior de SP, a ocupação do Centro de Distribuição, e, em Brasília, o bloqueio do Terminal de Cargas dos Correios no Aeroporto Internacional ganharam projeção nacional, e comprovaram que medidas mais radicalizadas poderiam fortalecer o movimento grevista. Destacaram-se ainda, nesse período, os grandes atos de rua em Minas Gerais e a caravana a Brasília, no dia 21 de setembro, vinda de diferentes partes do país, com cerca de 3 mil grevistas.

No entanto, a FENTECT, dirigida majoritariamente pelos cutistas, pelos reformistas, também concordou com o encerramento da greve em 22 de setembro, mesmo com a disposição dos grevistas, demonstrada por mais de um mês. Nota-se que a FENTECT ficou à sombra da política derrotista da FINDECT. Isso explica, em parte,

por que a vanguarda mais combativa não conseguiu enfrentar as manobras legalistas e traidoras das direções ligadas ao PCdoB e PT.

Ainda que a FENTECT tenha preservado traços de democracia sindical e orientado para uma greve mais ativa e, em seu interior, os diferentes sindicatos e correntes políticas pudessem desenvolver uma política menos engessada que a determinada pela FINDECT, prevaleceu a mesma política colaboracionista e traidora, condicionada por sua direção majoritária.

Colaboracionista e traidora, porque a direção da federação não preparou os trabalhadores para a difícil greve e para a divisão que iria, inevitavelmente, surgir nas horas mais duras do enfrentamento. A unidade em torno à aceitação do ultimato dado pelo TST expressou a ausência de uma diferenciação política, do ponto de vista classista, entre as direções ligadas ao PCdoB e PT, principalmente. Abrir mão dos direitos previstos nas cláusulas históricas do ACT é permitir o esmagamento dos ecetistas, garantir o aumento da lucratividade da empresa a partir do aumento da exploração do trabalho, e, sobretudo, abrir caminho para a privatização dos Correios. Esses eram os problemas centrais, contra os quais a greve se levantou. As duas federações contaram com o desgaste da greve isolada e, em boa parte, passiva, para encontrar o melhor momento para o recuo derrotista. Em nome do recuo “tático” ou “estratégico”, alguns dirigentes justificaram que se tratava de viabilizar um horizonte para novas “batalhas”. Na realidade, procuraram ocultar a política colaboracionista, que facilitou ao TST ditar suas ordens ditatoriais, em favor do governo privatista.

A trajetória das federações, durante a greve, pode não ter sido semelhante, mas a direção das duas convergiu em sua traição histórica contra o conjunto dos trabalhadores e da classe operária, porque a primeira exigência que direções classistas de um setor podem fazer às Centrais a que pertencem é que estas se incorporem à luta de forma ativa. Dirigentes da FENTECT, ligados a CSP-Conlutas, ou a correntes mais à esquerda, como a LPS, de forma individual, chegaram a defender um Dia Nacional de Lutas, mas nenhuma das duas federações exigiu da CUT, CTB, UGT, Força, da CSP-Conlutas, Intersindical, a convocação de um Dia Nacional de

Lutas, de mobilização, com paralisação do trabalho.

Todos as direções das Centrais aguardaram, em discurso, o dia “perfeito”, para a sonhada “unidade”: em que a pandemia acabasse, em que a justiça não multasse os sindicatos, em que os governos não reprimissem, em que os todos trabalhadores se “conscientizassem”. Garantidas estas condições ideais, todas afirmaram poder organizar um novo Dia Nacional de Luta, um dia nacional de greve. O que parece apenas brincadeira é o que, de fato, afirmaram no vergonhoso “Ato Unificado do Fórum das 11 Centrais”, realizado ainda no início da greve dos Correios, no dia 27 de agosto.

As direções das Centrais, das mais direitistas às mais esquerdistas, também devem ser responsabilizadas pela derrota da greve dos trabalhadores dos Correios, pois, nenhuma esteve realmente disposta a se solidarizar ativamente com a greve dos ecetistas. E as direções das Federações se calaram diante deste fato.

Que esta greve, derrotada pelo governo, pela justiça e pelas direções burocráticas, sirva para que os trabalhadores dos Cor-

Não se pode ocultar que, neste momento, a Volkswagen anunciava o plano de demissão de 5.000 metalúrgicos, de redução salarial e de quebra de direitos. Nada foi feito pela burocracia sindical para reagir a esse ataque brutal contra os empregos. É como se o ataque aos trabalhadores dos Correios não fosse o mesmo contra os operários da Volks.

reios e o conjunto dos trabalhadores percebiam a necessidade de confiar apenas em suas próprias forças, valendo-se da democracia operária, dos métodos de ação direta, e da unidade nas ruas. Para isso, é preciso constituir uma direção classista e revolucionária. A burocracia sindical, de esquerda e de direita, deve ser expulsa das organizações dos trabalhadores. As direções das duas federações e dos sindicatos correspondentes não estiveram à altura de enfrentar a estratégia do governo burguês para a crise econômica que assola o país. As ações para reduzir o valor da força de trabalho, aumentar a taxa de exploração, e privatizar, somente podem ser derrubadas com a mais ferrenha luta de classes. Uma greve passiva, que aguarda uma decisão final do TST, não poderia impor uma importante derrota ao governo Bolsonaro. Uma direção que conduz o movimento a se sujeitar ao ultimato de uma das instituições do Estado tem de ser denunciada como embusteira e traidora. Os trabalhadores dos Correios mostraram disposição de luta, nos raros momentos em que as direções os convocaram a se manifestar. Se tivessem contado com uma linha justa e firme da direção e com a mobilização das centrais, de forma a não permitir o isolamento da greve, sem dúvida, os grevistas se ergueriam com maior força e decisão contra a destruição de condições de vida e a privatização dos Correios.

O Partido Operário Revolucionário participou, com todo empenho, para que os trabalhadores reconhecessem que o maior perigo à greve se encontrava, não no governo, mas sim nas suas



direções. Este balanço final da greve corresponde, passo a passo, ao nosso esforço em favor da vitória do movimento, que não seria uma vitória apenas dos trabalhadores dos Correios, mas da classe operária e demais explorados.

Viva a greve dos trabalhadores dos Correios!

Abaixo a decisão autoritária do TST!

Por um verdadeiro balanço, que sirva de experiência para os próximos embates!

Pernambuco

Direções burocráticas impõem o encerramento da greve nacional

A greve dos ecetistas, em Pernambuco, em nenhum momento conseguiu romper a passividade. A adesão foi grande, mas não houve piquetes de bloqueio das entradas, para impedir os fura-greve e terceirizados. A única marcha que ocorreu foi em direção ao Hemope, para doar sangue. No dia 21, o ato organizado pelo sindicato no Centro de distribuição do Bongí foi marcado pela dispersão. O POR esteve presente, com banca de materiais e panfletagem. Apontamos a necessidade de quebrar o isolamento, exigindo das centrais um verdadeiro Dia Nacional de Luta. Mostramos a necessidade de generalizar os métodos radicalizados de luta, presentes em algumas ações grevistas no país.

Sem a greve ativa, o que ocorreu foi a lenta espera pela ação da Justiça burguesa, que concluiu com o dissídio, cortando 50 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho, levando à redução dos vencimentos com o corte de benefícios, e decretou a volta ao trabalho, com pesada multa em caso de descumprimento. A assembleia final, realizada de forma presencial, no dia 22, aprovou a manutenção do “estado de greve”, o que na prática é o fim da greve. Os balanços não expuseram as reais causas da derrota.

O Secretário Geral do Sintect-PE, Halisson (PSOL) denunciou que o tribunal não foi imparcial, e prometeu questionar a decisão na Justiça, o que levará tempo. Avisou que, neste longo tempo, os ecetistas sofrerão profundos ataques. Adaptando-se às restrições impostas pela empresa, justiça e governo, disse que as próximas lutas terão de ocorrer antes dos horários de trabalho, e nos fins de semana. Recomendou que os trabalhadores voltem ao trabalho “de cabeça erguida”, sem cair na provocação dos pelegos, o que pode resultar em processos administrativos. Como sintoma da ausência da independência de classe, a fala do dirigente mistura a defesa

dos trabalhadores com a da meritocracia, do orgulho do superávit da empresa, e da consideração de que a greve não foi abusiva.

O sindicato é filiado à CSP-Conlutas, mas a central não estava presente na assembleia. Uma representante da CUT iniciou com a consideração sobre os trabalhadores que votaram no “Bozo”, mesmo pregando a unidade entre todos, independente do voto, impregnando a fala com a responsabilização dos que votaram “errado”. O eleitoralismo é evidente, para a dirigente, a saída agora é votar certo, ou seja, no PT e aliados. A missão de quebrar a base do governo por meio das eleições apareceu também nas falas do plenário.

A fala do presidente do sindicato dos metroviários partiu da situação comum de negociação da manutenção do Acordo Coletivo de Trabalho, campanha salarial e enfrentamento à privatização. Considerou a necessidade de uma greve geral, para enfrentar todos os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Perguntou: o que falta para uma verdadeira unidade no país? Mas, também aponta, nas entrelinhas, para a frente ampla eleitoral.

Nas falas dos trabalhadores, um deles criticou a direção da Fentect de SP e RJ. E falou da importância de dar continuidade à luta contra a privatização. Outro diretor fez o chamado para o ato do dia 30 de setembro, contra a reforma administrativa, chamando o sindicato a aderir à organização.

A assembleia concluiu com a votação da “continuidade do estado de greve e retorno ao trabalho”. A condução da votação oculta até mesmo o fim da greve. Os trabalhadores precisarão fazer o balanço da greve nacional, para poder vencer as travas da burocracia sindical, e de fato mostrar a sua força coletiva contra os ataques do governo Bolsonaro.

Rio Grande do Norte**Direção se vale do discurso eleitoral para pôr fim à greve**

A assembleia do Sintect-RN ocorreu na terça-feira (22/09), com cerca de 50 pessoas. As falas dos dirigentes sindicais giraram em torno da fala de que o inimigo se trata de um governo fascista; de atacar, no discurso, os fura-greves que não aderiram a luta; que o que foi decidido no TST não é nada do que os trabalhadores queriam; de colocar a necessidade de “aprender a votar” e de “sermos estratégicos” e “nos reorganizarmos” para a próxima luta, que será contra a privatização da empresa; que os ecetistas que se mantiveram na luta estavam “de parabéns”, e que era necessário agora retornar ao trabalho. Houve o informe de que estava havendo perseguição política, com remanejamento dos grevistas para outros locais de trabalho.

O fim da greve, proposto pela dire-

ção do sindicato, é resultado da linha seguida pela direção da Fentect, de jogar as fichas na Justiça burguesa, sem apostar nos métodos da ação direta. Chegou a realizar algumas ações radicalizadas, como a ocupação dos Centros de Operações em SP e BA, e do Terminal de Cargas do Aeroporto de Brasília, mas que não passaram de ações pontuais, que logo se desfizeram, diante dos interditos proibitórios. No geral, a greve se manteve na linha da passividade, à espera da decisão do TST. Não havia um plano por parte das direções da FENTECT e SINTECT para radicalizar a greve, diante da provável decisão desfavorável do Tribunal. De modo que o resultado foi a aceitação da decisão do TST. No Sintect-RN, sequer havia um comando de greve para envolver os lutadores de base na coordenação das atividades da

greve, e as duas únicas assembleias que ocorreram foram a do início e, agora, a do fim da greve.

O POR interveio na assembleia, mostrando que havia disposição de luta por parte dos trabalhadores dos Correios. No entanto, a greve nacional esbarrou na política passiva de suas direções. Denunciou a conduta das centrais sindicais de apoiarem, em palavras, a greve, mas nada foi feito para quebrar o isolamento do movimento. E que devemos tirar as lições dessa greve, para retomar a luta com mais força e unidade. Isso por que o governo Bolsonaro continuará com os ataques sobre os explorados, e com seu plano de privatização dos Correios, Petrobrás e outras estatais. Por fim, disse que é preciso denunciar e alavancar uma campanha contra as perseguições políticas aos grevistas dos Correios.

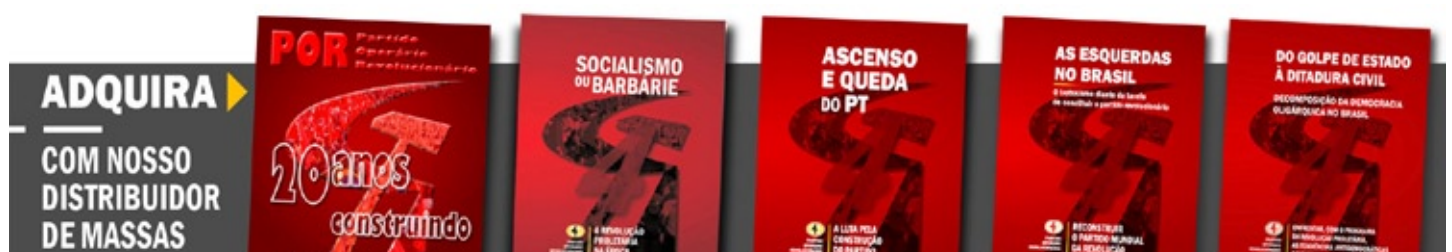
Ceará**Assembleia para referendar o fim da greve**

Na tarde do dia 22/09, foi realizada a assembleia dos ecetistas, na sede do sindicato Sintect -CE, após a espera da audiência no TST, em Brasília. A assembleia contou com poucos trabalhadores de base, e foi convocada para praticamente para formalizar o fim da greve.

No balanço do movimento, feito pela direção da entidade, houve o reconhecimento de que as agências não paralisaram durante a greve, e que este fato, além de enfraquecer a luta, determinou que esta se estendesse indefinidamente, sem que a direção da empresa atendesse as reivindicações da categoria. Se é verdade que a greve dos Correios, no Ceará, contou com poucas atividades de rua, e não fechou as agências; que funcionaram com terceirizados e fura-greves, sem serem incomodados, é também verdadeiro o fato que não houve empenho das direções sindicais para fortalecer o movimento grevista. A orientação dada pela direção do Sintect-CE (PT) contribuiu para isto, uma vez que a maior parte das atividades foi realizada de forma virtual – com o pretexto do risco de contaminação – o que não permitiu que

a greve se desenvolvesse de forma ativa. A CUT, a quem é filiado o Sintect, não moveu um dedo para romper o isolamento dos grevistas, envolvendo as outras categorias e a vanguarda. Se é justa a crítica dirigida aos fura-greves, que continuaram a sabotar a luta por reajuste, direitos e contra a privatização, é igualmente justa a crítica à passividade da direção/CUT, que não foi capaz de organizar piquetes e impor o fechamento das agências.

O POR interveio no final da assembleia com uma fala, destacando a importância da luta travada pela categoria contra a privatização, defesa dos direitos e salários. E finalizou com o chamado à constituição de uma frente única de luta contra o desemprego, superexploração, arrocho salarial, as privatizações e as contrarreformas do governo. A assembleia votou, em seguida, o fim da greve e o retorno ao trabalho. A tarefa daqui para frente exige um rigoroso balanço das possibilidades perdidas com a greve nacional, e da urgência de se organizar um movimento nacional unificado contra os ataques de governos e patrões.



São Paulo

Direção do SINTECT-SP enterra a greve em assembleia virtual

No dia 21 de setembro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou o fim da greve dos trabalhadores dos Correios, que já durava 34 dias. A direção da SINTECT-SP (PCdoB) acatou imediatamente a decisão da justi-



as palavras: “Não houve derrota, mas um avanço do inimigo” ou “não foi uma derrota, nós saímos fortalecidos”, etc. A greve foi heroica, mas não foi capaz de se tornar vitoriosa, e a responsabilidade da derrota recai, além de Bolsonaro, Floriano Peixoto e justiça burguesa, sobre as direções sindicais, por não aplicarem os métodos próprios da classe operária. Não radicalizaram a greve, não lançaram mão dos piquetes, para paralisar os pontos de distribuição e agências, não utilizaram o método da ocupação e das mobilizações massivas. Pelo contrário, a prova da passividade desta direção

memorar as 29 cláusulas, que foram mantidas do acordo coletivo, não mencionando as 50 cláusulas que foram excluídas pela empresa. Um dirigente de apelido “Peixe”, não ruborizou em falar, “companheiros, a decisão do TST está aí. Nós queríamos dar uma outra notícia para os companheiros. Decisão de tribunal, infelizmente tem que ser cumprida! E a decisão do tribunal coloca para nós essa decisão, de voltar ao trabalho.” Mostrou, assim, da forma mais clara possível, toda a decomposição de uma direção lacai da política burguesa. E concluiu pedindo que a categoria votasse certo nestas eleições deste ano, e nas presidenciais: “em 2022, mudar isso, através do voto, e depois retomar algumas cláusulas que o TST tirou de nós!”. Nada mais precisa ser dito sobre essa direção.

A votação concluiu com 1.409 votantes, dos quais 699 votaram “sim” para a determinação do TST de retorno ao trabalho no dia seguinte, 671 votaram “não” e 38 se abstiveram. A votação apertada e número de abstenções que poderia mudar a decisão mostram que a categoria tinha disposição de continuar na luta, bastava ter uma direção classista que impulsionasse o movimento, e não o enterrasse. Esse resultado mostra que a política correta, aplicada desde o começo da greve, deveria ter a participação ativa dos sindicatos e das centrais, a CUT, CTB e demais centrais, deveriam ter colocado todo seu aparato à disposição da greve dos Correios, além da radicalização, quando a greve avançava sem resposta do governo; com essa política, o resultado da votação e da greve como um todo seria completamente diferente.

Mais uma vez, percebemos que a crise de direção revolucionária se impõe sobre o movimento de trabalhadores em todos os setores. Na Volks, no ABC, a direção acatou servilmente a demissão de 5.000 operários, na Renault, Kostal, Latam, GM, Embraer a luta dos trabalhadores contra as demissões esbarra nas direções conciliadoras, não fazem mais que servir de capacho do patronato e dos governos.

A primeira fala posterior à do diretor sindical, na assembleia virtual, foi do advogado, sob pretexto de explicar aos trabalhadores o julgamento, uma impostura, já que toda a fala, recheada de legalismo e termos jurídicos, serviu apenas para colocar terror sobre os grevistas. Eles deveriam ter “responsabilidade” com essa decisão, para que não fossem penalizados. Com certeza, empurrou muitos trabalhadores a votarem pelo fim da greve.

ça burguesa. A decisão judicial incluía reajuste de apenas 2,6%, multa de R\$ 100 mil por dia de permanência em greve, desconto de metade dos dias parados, e reposição da outra metade, e a retirada de 50 cláusulas do acordo coletivo de trabalho (incluindo a redução da licença maternidade, por exemplo).

O sindicato de SP está vinculado à FINDECT/CTB/PCdoB, que reúne, além deste, apenas 4 dos 34 sindicatos (SINTECT-RJ; SINTECT-MA; SINTECT-TO e SINTECT-EB do interior de SP), apesar disso, SP concentra 20% dos trabalhadores dos Correios no país. Este sindicato acatou plenamente a política burguesa do isolamento social, fazendo assembleias virtuais desde o começo da greve, o que impediu que a democracia operária fosse garantida.

A assembleia virtual ocorreu no mesmo dia do julgamento, e já começou com a direção do sindicato, na figura do presidente “Divisa” se justificando da derrota, ainda que tentasse maquiagem o resultado, fazendo malabarismo com

pôde ser vista no ato chamado pela oposição do dia 17/9, na Av. Paulista. A direção de SP sabotou, não chamou a base, e sequer apareceu ou mandou representação. Em seguida, na caravana para Brasília, impulsionada pela FENTECT no dia 21, o sindicato de SP sequer mandou sua base, e se limitou a disponibilizar um link para os trabalhadores acompanharem a votação online. Esses dois exemplos, somados à política geral aplicada pela direção ao longo dos 34 dias, condenaram o movimento grevista ao fracasso.

A primeira fala posterior à do diretor sindical, na assembleia virtual, foi do advogado, sob pretexto de explicar aos trabalhadores o julgamento, uma impostura, já que toda a fala, recheada de legalismo e termos jurídicos, serviu apenas para colocar terror sobre os grevistas. Eles deveriam ter “responsabilidade” com essa decisão, para que não fossem penalizados. Com certeza, empurrou muitos trabalhadores a votarem pelo fim da greve.

A direção ainda fez questão de co-

Ato de 17 de setembro São Paulo

No dia 17 de setembro, quando completava um mês de greve, a CSP-Conlutas, Intersindical e a CUT (Fentect) convocaram um ato em defesa da greve dos trabalhadores dos correios na Avenida Paulista. Contou com pouco mais de 100 pessoas, entre grevistas e representantes de movimentos e partidos. Notou-se a ausência da CTB, que é direção nacional do movimento, pela Findect. Por certo, sua ausência está diretamente ligada ao fato de ter depositado todas as suas fichas na pressão parlamentar e judicial – o julgamento do dissídio estava marcado para o dia 21, segunda-feira. Para isso, era necessário continuar a política de isolamento do movimento, com vistas a evitar um choque entre os grevistas e o governo Bolsonaro. Está aí a razão da CTB não estar presente nesse ato.

No mesmo dia, o jornal Folha de São Paulo noticiou que o Ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD/RN), afirmou que cinco grupos estavam interessados na compra dos serviços dos

Correios: dentre eles, estava a grande varejista brasileira Magazine Luiza, e as estrangeiras Amazon, DHL e Fedex. Como se vê, a privatização dos Correios está caminhando rapidamente.

Os militantes do POR estiveram presentes no ato, com suas bandeiras, jornal e o boletim Nossa Classe. O boletim trazia a defesa da greve e o chamado para superar o isolamento da luta grevista, e a necessidade de superar a passividade da direção burocrática. Fez uso do microfone para denunciar a passividade das direções que mantêm o movimento no isolamento, não vinculando a greve nacional dos trabalhadores dos Correios aos outros problemas que vive grande parte dos trabalhadores. Defendeu, ainda, a importância do método da ação direta e as atividades permanentes. Por último, defendeu a urgência da convocação pelas centrais de um Dia Nacional de Luta, com paralisações. Somente assim, a greve dos Correios poderá obter conquistas.

Reproduzimos abaixo a intervenção do militante porista no ato dos Correios



“Camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário, estamos aqui para prestar solidariedade e todo apoio a greve dos trabalhadores dos Correios em greve!

Essa greve que já dura trinta dias, e já podemos dizer que é uma greve heroica, mas é uma greve heroica que deve se tornar vitoriosa. Estamos aqui para dizer duas coisas, camaradas.

Primeira, ainda existe pelo país, principalmente nas cidades pequenas, uma série de distribuidoras, agências que não estão paralisadas. Essa greve ainda tem espaço para se ampliar. Essa greve ainda tem espaço para aumentar,

mas, para isso, é preciso mudar a política. É preciso avançar e radicalizar a luta, companheiro! Precisa radicalizar, convocando e organizando atos massivos, piquetes e ocupações, é assim que faremos a pressão econômica. Não adianta falar que o Bolsonaro é cruel, não adianta falar que o general Floriano Peixoto é mau, é cruel, e que não nos está atendendo. É preciso atacar o bolso desses canalhas! É preciso atacar de forma econômica, mas como atacar dessa forma? Por meio das ações radicalizadas, ocupações, mobilizações gerais, massivas, que vão bloquear as vias no país inteiro, companheiros. Esta é a primeira tarefa que viemos aqui trazer.

A segunda, companheiros, é que as centrais sindicais precisam sair do apoio passivo, e passar para o apoio ativo. A CUT, CTB e as outras centrais sindicais, que lançaram notas de apoio, que fazem lives de apoio... têm de estar aqui na rua!

A CUT é a maior central sindical do país, companheiros, não dá para trazer só uma faixa e meia dúzia de companheiros, tem de estar aqui em peso, tem de estar em massa aqui, apoiando essa luta.

Companheiros, hoje saiu uma matéria na Folha de São Paulo, em que o ministro das Comunicações falou que já tem empresas interessadas em comprar os Correios. Falou inclusive, quando foi perguntado pelos jornalistas, o que acon-

teceria com os trabalhadores, a resposta dele foi: os que forem bons vão ficar.

A gente precisa falar “Não” para esse canalha, vão ficar todos! Os motivos da luta de vocês, salário, emprego, direitos, e contra a privatização são os mesmos motivos de vários setores, que estão agora sendo atacados também. Ontem, na Volks, foi aceito um acordo, que vai demitir 5.000 operários. Os metalúrgicos da Renault estiveram 20 dias em greve, mas a direção do sindicato aceitou um acordo traidor. Os metroviários ameaçaram com a greve por empregos, por salários, por direitos e contra as privatizações. Como se vê, há disposição de luta por parte dos trabalhadores. Mas, enfrentam uma trava imposta por suas direções. É preciso superar esse obstáculo.

Para finalizar, companheiros, é tarefa das centrais sindicais sair do apoio passivo e vir para o apoio ativo, a maior central sindical do país tem responsabilidade sobre essa greve!

Temos de ter confiança nas nossas próprias forças, na nossa classe, não no parlamento.

**Nenhuma confiança
no parlamento!
Nenhuma confiança
no patrão!
Nenhuma confiança
no eleitoralismo!**

Corrente Proletária na Educação – Universidade

O boletim CPE-Universidade faz campanha contra a nova investida do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional ao funcionalismo. Levanta a bandeira *“Abaixo a contrarreforma administrativa! Lutar em defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos em unidade com a defesa dos empregos e salários dos trabalhadores em geral”*. Demonstra que a base da contrarreforma bolsonarista está no objetivo de acabar com a estabilidade do servidor público. Assim responde: *“A defesa da manutenção da estabilidade do servidor público não pode ser feita de forma corporativa, com a ideia de que é isto que garante um Estado neutro, acima das disputas partidárias. É preciso retomar a defesa da estabilidade a todos os trabalhadores assalariados, no setor público e privado, assim a defesa da efetivação dos terceirizados com os mesmos direitos que os concursados. É preciso exigir das centrais e sindicatos que deixem de negociar demissões e defendam realmente o direito ao trabalho, sem o qual as famílias trabalhadoras são privadas das condições mínimas de se sustentar e são jogadas na informalidade, precariedade e, até mesmo, na criminalidade”*.

Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

Abaixo a contrarreforma administrativa!
Lutar em defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos em unidade com a defesa dos empregos, salários dos trabalhadores em geral

No dia 10 de setembro, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a sua "Reforma" Administrativa, que passou a tramitar como Projeto de Lei nº 1.220/2020. Para ser aprovada, deve ser discutida e votada em dois turnos: o primeiro em 10 de setembro e o segundo em 11 de setembro.

Quanto à reforma administrativa, o governo encaminhou ao Congresso Nacional a sua "Reforma" Administrativa, que passou a tramitar como Projeto de Lei nº 1.220/2020. Para ser aprovada, deve ser discutida e votada em dois turnos: o primeiro em 10 de setembro e o segundo em 11 de setembro.

Foco principal é o quebra da estabilidade

A estabilidade do servidor público foi consagrada em 1934, no Estatuto dos Servidores do Estado, e em 1961, no Estatuto dos Servidores do Estado. Desde então, a estabilidade tornou-se um dos pilares da administração pública brasileira. No entanto, a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro visa a destruição da estabilidade do servidor público, substituindo-a por um sistema de contratação por tempo determinado.

A destruição da estabilidade do servidor público é uma das principais medidas da reforma administrativa. Isso significa que os servidores públicos não terão mais a garantia de permanecer no emprego por um longo período de tempo. Em vez disso, eles serão contratados por um prazo determinado, geralmente de 2 a 5 anos. Ao final desse prazo, o servidor poderá ser dispensado sem qualquer indenização ou direito a aposentadoria.

Essa medida é extremamente prejudicial aos servidores públicos, especialmente aqueles que já estão no final da carreira. Além disso, ela também cria uma insegurança para os novos servidores, que não terão mais a garantia de emprego que era antes.

O Partido Corrente Proletária (CPE) luta contra essa reforma administrativa, defendendo a estabilidade do servidor público e a defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos em unidade com a defesa dos empregos e salários dos trabalhadores em geral.

O Boletim Nossa Classe, de Pernambuco, responde às demissões, exigindo que o sindicato lute pelos empregos Abaixo publicamos o Nossa Classe, final de setembro

Não ao fechamento da KIBON! Em defesa dos empregos e vida das famílias dos que ali trabalham!

Em 28 de agosto, a multinacional Unilever-Kibon comunicou a seus operários que a fábrica da Kibon no bairro do Curado (Jaboatão) será fechada, e a produção transferida para São Paulo. A Kibon não menciona os reais motivos de seu fechamento, nem quantos postos de trabalho serão destruídos, limitando-se a promessas de um “processo gradual”. O que não passa de pura hipocrisia! O sindicato, que nunca aparece na fábrica, deu entrevista, dizendo que aguardará a proposta da empresa. Não há nada de bom a esperar da empresa. Qualquer esperança só pode ter base na luta da classe operária organizada e consciente.

Na luta de classes não há empates! Enquanto a multinacional viabiliza sua produção para manter seus negócios lucra-

tivos, a destruição de postos de emprego lança trabalhadores na incerteza sobre seu amanhã. Sem emprego e salário, como abastecer o armário?

O fechamento da Kibon em Jaboatão é parte da crise econômica que já atingia o país, e foi aprofundada com a pandemia. As demissões rasgam os chãos-de-fábricas pelo Brasil. A classe operária necessita se defender da chaga que é o desemprego em massa.

O Boletim Nossa Classe, presente em outras lutas, como pelo não fechamento da Kostal (SP) e Ford (SP), também apóia a luta pelo não fechamento da fábrica da Kibon em Jaboatão(PE)! Emprego não se negocia, defende-se com luta!

Fábrica fechada, fábrica ocupada

Na história das lutas da classe operária, os trabalhadores já se defrontaram muitas vezes com o fechamento de fábricas e demissões em massa. Assim funciona o capitalismo. Quando os negócios vão bem, são os patrões que embolsam os lucros. Quando não vão tão bem, são os trabalhadores que pagam a conta. A Unilever é uma multinacional, sua riqueza se construiu à custa da exploração da classe operária. Para se instalar em Pernambuco, ela ganhou várias vantagens do governo estadual. A fábrica de Jaboatão, portanto, foi construída com o suor e sangue dos

operários, seja os que movem suas máquinas, ou os que produzem as riquezas de onde saem os impostos que subsidiam as multinacionais.

Na história da luta entre a burguesia e o proletariado, há uma bandeira que a classe operária empunha quando os patrões anunciam o fechamento de uma fábrica: é “fábrica fechada, fábrica ocupada”. A defesa da ocupação da fábrica expõe que quem faz a indústria funcionar são os próprios trabalhadores. É preciso defender os empregos com unhas e dentes! Nada de aceitar passivos a destruição dos empregos.

NOSSA CLASSE

10/09 Assembleia dos Rodoviários: Defender os empregos e Salário com greve!

O sindicato dos rodoviários está convocando para o dia 10 de setembro, às 14h, uma Assembleia Geral. O objetivo é discutir a greve dos rodoviários em defesa dos empregos e salários. A greve será uma greve geral, ou seja, todos os rodoviários devem participar.

A greve dos rodoviários é uma luta importante para a classe operária. Os rodoviários são essenciais para a economia brasileira, e sua luta é uma luta de todos. A greve dos rodoviários também é uma luta contra a precarização do trabalho e a destruição dos empregos.

O Partido Corrente Proletária (CPE) apóia a greve dos rodoviários e luta pela defesa dos empregos e salários dos trabalhadores em geral.

É preciso uma campanha pelos empregos!

A pandemia e a crise econômica atingiram e atingem, principalmente, os assalariados e trabalhadores informais. Passamos, também, por essa situação na recessão de 2015/2016. A situação continuou ruim nos anos seguintes, sob governo Temer e, agora, com Bolsonaro e a pandemia, ficou insuportável.

Diante da ameaça de fechamento da Kibon, devemos exigir que os sindicatos organizem imediatamente uma campanha local, regional e nacional pelos empregos e salários. A melhor forma de defender os empregos na Kibon é organizar a campanha geral contra demissões e pelo trabalho a todos!

Segundo o IBGE, existem 574 mil desempregados em Pernambuco (15,3% dos trabalhadores). O número real é ainda maior, pois há 1,219 milhão de desalentados. Aqueles que estão desempregados, mas nem procuram emprego, pois, sabem que não vão encontrar. Dos trabalhadores ocupados, 1,326 milhão estão na informalidade (41,7%). O quadro é do pior dos mundos para os explorados. Tiveram de enfrentar ao mesmo tempo o coronavírus e os ataques do governo e dos patrões.

O que os sindicatos e centrais sindicais fizeram, enquan-

to a classe era massacrada? Entraram em quarentena, fizeram campanha pelo “fique em casa”, quando muito, fizeram assembleias virtuais para aprovar a adesão à MP 936, que reduziu salários em até 70%. Foi uma grande traição aos trabalhadores. Sem organização, o enorme exército de precários e desempregados são apenas uma soma de tragédias. Mas, se houver a unidade entre empregados e desempregados, contratados e terceirizados, formais e informais, nós somos a imensa maioria do país. A classe operária que está na produção tem um papel fundamental, pois, pode parar a produção de riquezas no país. A burguesia tem poder econômico e político, mas é uma pequena minoria. A única forma da força de os trabalhadores se manifestarem é com a ação direta. Com as grandes marchas, bloqueios de ruas, avenidas e rodovias, greves e ocupações, a força coletiva da classe operária se manifesta.

Diante da ameaça de fechamento da Kibon, devemos exigir que os sindicatos organizem imediatamente uma campanha local, regional e nacional pelos empregos e salários. A melhor forma de defender os empregos na Kibon é organizar a campanha geral contra demissões e pelo trabalho a todos!

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e sindicatos organizem a luta por emprego para todos, com a redução da jornada, sem redução do salário; Estabilidade no emprego; e escala móvel das horas de trabalho. Trabalhar para que os sindicatos, centrais e movimentos unam empregados e desempregados, em uma só luta.

Não se iludir com promessas! Defender os empregos!

O processo de transferência da fábrica já começou, e a Kibon já aplica sua estratégia. Os capitalistas sabem da força da classe quando unida, por isso lançam promessas para minar a união entre os dispostos a lutar. Quando promete talvez incorporar trabalhadores na outra fábrica que tem em Pernambuco, ou ver algum “adicional às verbas rescisórias de acordo com

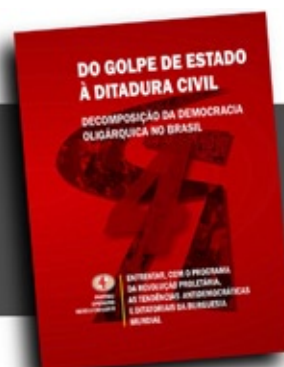
anos trabalhados”. Claramente tenta domesticar a revolta dos trabalhadores, como se dissessem: “se comportem que, talvez eu garanta um ou dois empregos”.

A classe operária não pode se iludir com promessas. Experiências como o fechamento da Ford (SP), em 2019, mostram que as indenizações rapidamente acabam, e o que fica é a miséria,

a precariedade e toda a desgraça que acompanha o desemprego.

O Boletim Nossa Classe defende que emprego não se negocia. Nenhuma indenização se equipara ao emprego. Nada de trocar o emprego por ilusões. Exigir das centrais e sindicatos que rompam a passividade.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Embraer

Contar com o julgamento da greve, significa se colocar pela derrota

A Embraer impôs o plano de demissão de 2.500 trabalhadores. Lançou um PDV, em agosto, mas não conseguiu atingir a meta. Em setembro, demitiu 900, que já estavam afastados da empresa. Diante das demissões, só restou ir à greve, que se iniciou em 3 de setembro. A direção do sindicato metalúrgico, CSP-Conlutas, iniciou uma campanha de denúncia, solicitou um apoio das centrais sindicais, pediu ao prefeito e vereadores de São José dos Campos que se manifestassem contrários ao plano de demissão da Embraer, e foi até o Palácio dos Bandeirantes pedir que Doria intercedesse junto à empresa. Quase tudo em vão. As centrais sindicais se limitaram a fazer declarações, em palavras, contra as demissões, as autoridades de São José deram as costas aos demitidos, e Doria colocou a polícia para impedir que os demitidos se aproximassem do portão do Palácio. Diante da insistência das direções sindicais, escalou sua secretária para ouvir o pedido do sindicato. Sem nenhum poder de decisão, a secretária prometeu entrar em contato com a empresa. O que não passou de uma promessa.

Depois de 20 dias de greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) realizou uma audiência de conciliação, que decidiu pelo cancelamento de 502 demissões, e a adoção de layoff, justificando que essa era a forma de manter os empregos. Deu uma semana de prazo para que a Embraer se posicionasse sobre essa proposta de conciliação, ou apresentasse outra. E marcou para o dia 29 uma nova audiência. Caso não haja acordo, haverá o julgamento da greve.

A direção do sindicato saiu em defesa da proposta do TRT, apesar de dizer que estavam pelo cancelamento das 2.500 demissões. Portanto, das 900 demissões, somente 500 trabalhadores poderiam ir para o layoff, ou seja, suspensão de contrato com redução salarial. Ficariam, na melhor das hipóteses, à espera da recuperação econômica da Embraer. Caso contrário, vencido o layoff, voltariam as demissões. O que esperar de um dirigente

sindical que, ao sair da audiência, disse: “saímos da audiência bastante otimistas, já que o layoff pode salvar o emprego de 500 trabalhadores. De qualquer forma, vamos permanecer organizando mobilizações e cobrando do poder público medidas de preservação dos 2.500 empregos”, – Herbert Claros, diretor do Sindicato.

Como se vê, não há diferença entre as burocracias sindicais sobre a defesa dos empregos e salários. Recorrem à greve, como último recurso, quando não foi possível fazer um acordo com a patronal, mas a mantém isolada e passiva. Jogam peso no poder de decisão das autoridades (prefeitos, vereadores, deputados, governadores, etc.), quando os governantes estão a serviço da imposição dos planos antioperários e antinacionais. Apostam a última carta nas reuniões de conciliação junto ao Tribunal do Trabalho. Sempre consideram que há ministros nesses tribunais favoráveis à causa dos operários. Foi assim com as recentes greves dos metalúrgicos da Renault, dos trabalhadores dos Correios, e querem que seja assim com a greve na Embraer. Basta ver a declaração do dirigente do sindicato após a audiência. Com essa política, mais uma greve será derrotada. As condições são favoráveis para organizar, ganhar as ruas e potencializar as greves. Há um profundo descontentamento dos explorados com o desemprego em massa. A luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas unifica a maioria oprimida. O que não há é disposição das direções sindicais em enfrentar verdadeiramente os planos antioperários da burguesia e governantes. Querem responder a essa brutal ofensiva, requeitando a política de colaboração de classes. Ao invés de potencializar a luta, alimentam a campanha burguesa aterrorizante contra as aglomerações, greves ativas e manifestações nacionais. A vanguarda, que vem despontando, tem de combater a política dessas direções, trabalhar para erguer direções classistas, que de fato sejam capazes de defender as reivindicações gerais da classe operária e demais explorados.

São Sebastião/SP

Doqueiros arrancam da companhia docas, por meio da greve, a manutenção do acordo coletivo

A greve dos funcionários da Companhia Docas de São Sebastião, no final de agosto, que paralisou completamente o Porto, por 12h, conseguiu a renovação do Acordo Coletivo, por mais um ano.

A empresa vinha negando-se a negociar o dissídio 2020, alegando, entre outras coisas, que não tinha autorização do Estado para negociar com os trabalhadores. Bastou a greve, para o quadro se alterar, mostrando

que a versão da empresa era apenas um engodo.

A preservação do Acordo Coletivo de Trabalho com suas 43 cláusulas, em meio ao profundo ataque que a burguesia e os seus governos vêm realizando sobre os trabalhadores, foi uma conquista muito importante para os doqueiros. Desta forma, os direitos conquistados durante décadas foram mantidos.

A greve, que contou com a ade-

são em massa do setor operacional e com o apoio do Fórum dos Sindicatos do Litoral Norte (entidade de frente única que reúne o Sindipetro LP, Sindserv de São Sebastião, Oposição da Subsede da Apeoesp e Sifuspesp) foi o método que possibilitou esta conquista. Com a greve, os trabalhadores mostraram para a direção da empresa/governo que somente com seus métodos próprios de luta é possível defender as reivindicações.

Greve contra o fechamento da fábrica

Os metalúrgicos da MWL, de Caçapava/SP, entraram em greve, no dia 21 de setembro. Recorrem à greve, diante do anúncio do possível fechamento da fábrica, a partir de 10 de outubro, provocado por uma ordem de despejo, por falta de pagamento do aluguel. Trata-se de uma disputa entre a antiga Mafersa, proprietária do terreno, que se tornou MWL. No entanto, quem vai pagar são os 237 operários, que perderão os empregos. A empresa pediu a recuperação judicial, mas foi negada; usou a MP 936 para reduzir os salários e, agora ameaça trancar as portas.

A direção do sindicato recorreu ao prefeito da cidade. Recebeu como resposta que já havia tido uma reunião entre a Mafersa e a MWL, mas que não houve acordo, porque a empresa exige o perdão total da dívida. Há um impasse entre os antigos proprietários e os novos. Novamente, a direção do sindicato alimenta a esperança de que os governantes podem solucionar o impasse. O fato é que os empregos estão ameaçados. E a greve está isolada. É preciso defender a independência do movimento e ganhar as ruas. Essa é a única via para manter os empregos.

GM continua demitindo

A montadora, instalada em São José dos Campos, acabou de demitir mais 43 metalúrgicos. Isso depois de impor o Programa de Demissão Voluntária (PDV,) e colocar para fora 235 trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos lamentou as demissões, e ressaltou o acordo coletivo assinado no primeiro semestre. Uma notificação extrajudicial foi enviada à multinacional, com o pedido do sindicato de cancelamento das demissões. Até o momento, não há preparação para a luta contra as demissões. O que há é indignação e discursos de que a GM está usando a pandemia para destruir postos de trabalho. Sem organizar a resistência grevista, não há garantia de preservação dos empregos.

Pernambuco

Trabalhadores superexplorados recebem salários parcelados na região usineira

Não é de hoje que se descarrega sob os trabalhadores o custo da decomposição da indústria sucroalcooleira no Nordeste, sobretudo no interior de Pernambuco. Os usineiros estão em atrito com o governo Bolsonaro que, submisso a Trump, renovou a tarifa zero para a importação de etanol dos EUA, até dezembro. Sua compensação, já corriqueira e acentuada pela pandemia, é descarregar ainda mais brutalmente sobre os explorados o preço de sua crise, e a subordinação ao imperialismo.

com ameaças de morte, repressão, bloqueio no acesso à água e destruição das lavouras.

Na zona canavieira, é comum que trabalhadores recebam seus salários pelo período de trabalho, que é sazonal, de acordo com o período de corte da cana. A instabilidade marca os semiproletários, que vendem sua força de trabalho sazonalmente aos usineiros, enquanto trabalham em seus pequenos pedaços de terra ou arranjam outras ocupações precárias. Mesmo o salário sazonal, vez

Foi uma das formas que a revolta dos canavieiros pôde se expressar.

Em conversa com um trabalhador terceirizado da usina, nos foi relatado que a Usina Laranjeira está expandindo suas terras, e explorando novas zonas para o plantio, sendo exigida maior carga de exploração do trabalho.

É necessário superar as direções reformistas dos sindicatos rurais e da Fetape, que, quando não deixam o trabalhador sem resposta diante da sanha dos latifundiários, arrastam sua luta para o campo jurídico e eleitoral, enquanto a barbárie devasta a vida de centenas de pessoas. As reivindicações contra o desemprego, contra a deterioração das condições de vida e pela revogação da Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e da Previdência, estão na ordem do dia. A luta do proletariado rural está ligada à do proletariado das cidades, assim como à dos camponeses, que exigem a reforma agrária. O fim da exploração e miséria no campo se dará com a expropriação dos latifúndios e garantia da posse da terra a quem trabalha nela, e da estatização, sem indenização, da agroindústria, sob controle operário. Apenas a bandeira do governo operário e camponês pode guiar as massas exploradas para o caminho de sua vitória.

As reivindicações contra o desemprego, contra a deterioração das condições de vida e pela revogação da Lei da Terceirização, Reforma Trabalhista e da Previdência, estão na ordem do dia.

Conversamos com um morador local de Vicência, região usineira da Mata Norte do estado, que nos relatou que os trabalhadores da Usina Laranjeiras, controlada pela oligarquia dos Monteiro – família do senador e ex-presidente da FIEPE Armando Monteiro –, estão recebendo o salário de forma parcelada. O trabalhador conta que há boatos de que a usina estava alugada ao grupo Petribú. O mesmo grupo que, como acompanhamos em Massas anteriores, está aterrorizando posseiros da Mata Sul do estado,

ou outra, atrasa, a exploração e descaso dos usineiros não têm limites. A Usina já chegou a atrasar o salário dos trabalhadores em seis meses, em períodos anteriores.

As contrarreformas, trabalhista e as MPs de Bolsonaro, flexibilizaram ainda mais os direitos dos assalariados. Nos últimos anos, em jornais Massas anteriores, acompanhamos as ações de greves e ações espontâneas de queimadas clandestinas das plantações da usina, na região da Zona da Mata pernambucana.

Pernambuco

Prefeitura de Recife autoriza demissão total dos cobradores

Rodoviários param o centro da capital por um dia

No dia 21 de setembro, houve o ato dos rodoviários, paralisando a circulação de ônibus no centro da cidade. Teve a participação da oposição (CUT e UGT) e da direção (PSOL/Resistência). Ocorreu em resposta à autorização da prefeitura de eliminar todos os cobradores. E o projeto de Lei Municipal contra a dupla função, proposto pelo PSOL, estava ainda em pauta na Câmara. A categoria, mais uma vez, mostrou disposição de luta. O trânsito da cidade ficou paralisado, com fileiras de centenas de ônibus.

No dia 10/9, houve assembleia presencial. Apesar da disposição de luta dos rodoviários, a direção do PSOL não se colocou por construir a greve. A oposição, que tenta pela via judicial derrubar a gestão atual, sequer compareceu. A direção fez uma assembleia passiva e legalista, restrita a esclarecimentos jurídicos da campanha salarial e convenção coletiva, aprovando a continuidade de mobilizações pontuais. Disseram que a categoria está despreparada para a greve, e que favoreceria ao patrão. No entanto, a assembleia também não serviu para discutir como organizar a greve, apenas para apontar a insistência da direção do sindicato em mais um projeto de lei contra a dupla função (motorista e cobrador), antes era o Estadual, e agora é o municipal. Concluíram pedindo que a categoria cobre

seus vereadores.

Enquanto a direção segue pedindo aos trabalhadores que aguardem os prazos jurídicos, os rodoviários arcam com as demissões em massa, redução de salários e todo tipo de violação de direitos. No início da pandemia, 3 mil perderam o emprego. Atualmente, 67% das linhas do sistema estão operando sem cobrador, e com 2.386 motoristas atuando na dupla função.

O Boletim Nossa Classe/POR atua na categoria, defendendo os métodos de ação direta. A decisão da prefeitura em autorizar as demissões dos cobradores mostrou que a espera pela legalidade burguesa só está conduzindo à derrota. O sindicato é o instrumento de luta. Se a entidade não serve para isso, a categoria é arrastada para as respostas individuais, a exemplo dos acordos rebaixados que as empresas estão fazendo com os que aguardam a readmissão. O Boletim defendeu a necessidade da construção da greve, pela reintegração de todos os demitidos, fim da dupla função, garantia de salários integrais, e recuperação de todos os direitos perdidos. Só pela via da ação direta, será possível barrar a decisão da prefeitura, enfrentar a exploração patronal, e defender o emprego de todos os cobradores, e condições de trabalho da categoria.

Rio Grande do Norte

Dois atos num só lugar, porém, divididos pelas direções burocráticas

No dia 22 de setembro, ocorreu o ato presencial dos trabalhadores em educação de Natal pela atualização do piso salarial do magistério, que o prefeito Álvaro Dias não pagou. O ato ocorreu em frente à prefeitura, tinha poucos professores da base, contou com a maior participação da direção do SINTE (PT). Mais uma vez, a direção não se esforçou em organizar um ato massivo. Continua presa ao discurso demagógico dos governantes, de que não se pode aglomerar.

Do lado da barraca do SINTE, estava o movimento dos trabalhadores do cadastro reserva da saúde, que luta por uma audiência com o prefeito, exigindo a contratação do último concurso da Saúde. Também restrito a alguns diretores do SINDSAÚDE (PSTU) e um membro da oposição do SINDSAÚDE, do PSOL.

Apesar dos atos serem no mesmo local, houve um acordo entre as direções de mantê-los separados. Quando terminasse o do Sinte, iniciaria o do Sindsaúde. Era uma manobra da direção petista do Sinte, pois, assim que acabou o seu ato, foram embora, deixando o movimento de desempregados da Saúde sozinhos.

O POR atuou nos dois movimentos, com jornais e ma-

teriais, com intervenção no carro de som. No primeiro ato, do SINTE, defendeu a recomposição do piso do magistério, e enfatizou a importância da direção convocar uma assembleia presencial para que os professores coletivamente aprovem o caminho para conquistar a atualização do piso.

[O POR] defendeu a recomposição do piso do magistério, e enfatizou a importância da direção convocar uma assembleia presencial para que os professores coletivamente aprovem o caminho para conquistar a atualização do piso.

Concluiu ressaltando a importância da unidade dos movimentos. No ato da saúde, interveio criticando a posição dos burocratas petistas de dividir os atos, e retomou a defesa da unidade dos trabalhadores para enfrentar os governos contra as privatizações, demissão, terceirização e rebaixamento salarial. Defendeu um sistema único de Saúde, sob o controle da classe operária, o que significa a luta pela expropriação da rede privada da Saúde.

Ato presencial contra o PL 529 em São Paulo

Realizou-se, no dia 16/09, o ato organizado pela Apeoesp e outras entidades do funcionalismo, em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo, em protesto contra o PL 529. Trata-se de um Projeto de forte conteúdo privatista, que prevê, entre outras coisas, extinguir dez fundações, empresas e autarquias estaduais, que atuam em áreas como Saúde, Habitação etc.; retirar cerca de 1 bilhão de reais das universidades paulistas, além de ferir a autonomia universitária; ao mesmo tempo, pretende elevar o valor das contribuições ao Iamspe (Hospital do Servidor Público). Ou seja, constitui um duro golpe, por parte do governo estadual, sobre o funcionalismo e a população de São Paulo.

A justificativa do Projeto, como sempre, é o suposto “déficit orçamentário”. Na verdade, não passa de mais uma ação da burguesia, no sentido de descarregar o ônus da crise sobre os ombros dos explorados. A manifestação, inicialmente convocada como uma carreata, acabou se convertendo em uma marcha, que bloqueou a Av. Pedro Álvares Cabral.

Como se vê, a burocracia sindical, que dirige a Apeoesp (principalmente a Articulação/PT) foi obrigada, pela violência do PL, a dar uma resposta, saindo do completo imobilismo anterior. A direção

esteve e ainda está subordinada à política burguesa do isolamento social, se recusando a convocar a assembleia da categoria, para que esta possa decidir coletivamente sobre reivindicações e os métodos a empregar, diante dos ataques da burguesia. O problema, contudo, é que o ato esteve limitado ao eleitoralismo e ao método da pressão parlamentar. A burocracia sequer levou um carro de som, fato que revelou a intenção pré-estabelecida de realizar uma intervenção totalmente sob o seu controle, apenas para marcar posição, e manter uma aparência de ativismo radical.

A Corrente Proletária na Educação esteve presente, com o seu panfleto de crítica ao PL 529, defendendo que a direção convocasse a assembleia dos professores, unificada com o funcionalismo estadual. É preciso explorar as contradições da burocracia sindical, impulsionando o máximo possível cada mobilização presencial convocada, sem deixar de denunciar os desvios da política geral da direção, que é claramente eleitoreira e de conciliação de classe. A Corrente Proletária tem se dirigido ao professorado, colocando a necessidade de recorrer aos métodos da ação direta, como única via capaz de impedir a aprovação do PL, e defender a categoria, diante da brutal ofensiva capitalista.

Ceará

Ato contra o corte de gastos da educação e perseguição de professores na UFC

No dia 23/09, ocorreu na Faculdade de Direito da UFC, ato público contra o corte de R\$ 1 bilhão da Educação, previsto pelo MEC para 2021, e em defesa de 5 professores da faculdade de Direito (representantes sindicais da ADUFC), perseguidos pelo Reitor Cândido Albuquerque.

O ato contou com 100 pessoas, e teve a participação de representantes de entidades estudantis, sindicais e organizações políticas. O POR interveio no ato, e defendeu a importância das manifestações presenciais, assim como denunciou a farsa das mobilizações online. Rechaçou a política do interventor, de ataque à Universidade, professores e alunos. Não é de hoje que o interventor nomeado por Bolsonaro ataca o movimento estudantil e sindical. Anteriormente, atacou moral-

mente um representante estudantil do CONSUNI, por meio de redes sociais, desatou deliberações da maioria do Conselho, impondo o EaD para toda a Universidade, inviabilizou a nomeação de representantes estudantis eleitos ao CONSUNI/CEPE, etc.

A construção de atos presenciais, convocados pelas organizações sindicais e estudantis é, sem dúvida, progressista. Contudo essa convocação se tem dado na forma de ‘atos simbólicos’ propositalmente esvaziados, sob a desculpa da pandemia. Os últimos atos construídos no Ceará seguiram a mesma lógica, a exemplo do “ato em defesa do FUNDEB”, convocado pelo sindicato APEOC, e do “ato contra o interventor e pela posse dos dirigentes estudantis eleitos para os

São Paulo

Ato pela reabertura do Hospital Sorocabana



No dia 19 de setembro, em frente ao Hospital Sorocaba, na Lapa, ocorreu uma mobilização em defesa da reabertura dos leitos e contra a privatização do hospital. Foi organizado pelo Comitê de Defesa do Sorocabana. Todas as falas foram contra a privatização do hospital e a entrega às Organizações Sociais (OSs). O ato foi encerrado com a chegada do candidato do PSOL, Guilherme Boulos, com promessas de reabertura do hospital. Por fim, houve um abraço simbólico no hospital.

O POR esteve presente. Em sua fala, reforçou a importância de os trabalhadores estarem tomando as ruas novamente, que é o verdadeiro lugar das lutas. Mostrou que a crise econômica e pandêmica escancarou os graves problemas da Saúde pública no país. Defendeu o Sistema Único, público, sob o controle dos trabalhadores. Por último, exigiu que as centrais, sindicatos e movimentos populares se coloquem, urgentemente, por preparar um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e da saúde pública.

Conselhos Superiores”, organizados pelo DCE/UFC e CAs.

É necessário enfrentar o crescente autoritarismo da burocracia universitária com atos presenciais e denúncias públicas. Atos em que somente as direções estudantis e sindicais participam não têm força de pressão, e servem apenas ao eleitoralismo. A Corrente Proletária Estudantil batalha pelo fortalecimento do movimento universitário e pela construção de uma fração revolucionária na UFC.

Formação da Comissão Operária

O movimento operário no início do século XX: greves e constituição de organismos sindicais

Na edição do Jornal Massas 616, foi publicada a primeira nota da recente formação mensal da Comissão Operária. Iniciamos pela origem da estatização dos sindicatos, em 1930, na criação do Ministério do Trabalho. Desde então, destacamos outros dois marcos históricos do movimento operário nacional: a aprovação da jornada de trabalho de 8 horas, em 1932, e a consolidação da primeira regulamentação trabalhista no Brasil, a CLT, criada em 1940. Verificamos, no entanto, que tal legislação disciplinar da exploração da força de trabalho foi resultado, não da benevolência dos governantes, mas, fruto da intensa mobilização antecedente à década de trinta. Foi então que decidimos por estudar sobre a luta da classe operária nas três primeiras décadas do século XX.

Nos primeiros anos da República no Brasil, há registros de greves de portuários, ferroviários, construção civil, metalurgia e gráficos. Mas, é em 1903 quando ocorreu uma importante greve no setor dos têxteis, que rapidamente encontrou adesão de outros setores, conferindo-lhe um caráter de greve geral, na então capital do país, Rio de Janeiro. Os têxteis já vinham mobilizando-se contra as péssimas condições de trabalho e salário, o que resultou na fundação do primeiro sindicato industrial do Rio de Janeiro: a Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos. Um setor composto, majoritariamente, por mulheres e crianças, não contava com experiência e tradição organizativa. No entanto, lançando-se em movimento, ergueu a bandeira da jornada de trabalho de oito horas, e, apesar da profunda repressão sofrida, apesar de não ter conquistado nenhuma de suas reivindicações, os têxteis fundaram, um mês após a greve, a Federação das Associações de Classe, que, em 1905, dará origem à Federação Operária Regional Brasileira, que organizará, em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Nesse Congresso, esta organização se transformará na Federação Operária do Rio de Janeiro.

O primeiro Congresso Operário Brasileiro contou com 28 delegados. Vinte e cinco deles provenientes do Rio de Janeiro e São Paulo, em cujo estado se verificava o rápido desenvolvimento sindical, fundando em 1905 a Federação Operária de São Paulo (FOSP). Nesse Congresso, foi aprovada a luta pela jornada de oito horas de trabalho. De encaminhamento prático, aprovou-se que, no 1º de maio do ano seguinte, essa seria a bandeira do proletariado brasileiro. O movimento pelas oito horas ganhou corpo, desembocando na greve geral em outubro de 1906, em Porto Alegre. Desse movimento, surge a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Desde então, várias partes do país se viram diante

de um movimento reivindicatório pelas oito horas; mas é em São Paulo, em 1907, que o movimento ganhou dimensões significativas com a unificação de operários de várias categorias, atingindo a capital, o litoral (Santos) e o interior paulista (Ribeirão Preto e Campinas).

O início do século XX, já datava mais de dois séculos da revolução industrial, apesar disso, o Brasil não possuía grandes fábricas. Predominavam e coexistiam o trabalho artesanal, oficinas, e fabriquetas com pouco mais de dez operários. A classe operária, assim como o modo de produção genuinamente capitalista, ainda dava seus primeiros passos. Essa condição, no entanto, não impediu a mobilização, e serviu, assim, para a criação dos primeiros organismos de massa. Isso porque a classe operária brasileira é parte da classe operária internacional. Só assim se entende o porquê, nas primeiras greves do proletariado brasileiro, já se formular a reivindicação da jornada de 8 horas, se contrapondo às exaustivas jornadas de 14 a 16 horas, e já se colocar pela formação dos sindicatos.

O capitalismo no Brasil foi implantado de fora para dentro. Não foi resultado do desenvolvimento próprio das forças produtivas internas, mas transcorre no bojo do desenvolvimento mundial capitalista.

O capitalismo no Brasil foi implantado de fora para dentro. Não foi resultado do desenvolvimento próprio das forças produtivas internas, mas transcorre no bojo do desenvolvimento mundial capitalista. Junto à implantação das fábricas no Brasil, se deu a importação da força de trabalho imigrante europeia, sobretudo italiana. Esses operários imigrantes, experimentados na luta em seus países de origem, se colocaram por organizar a classe operária no Brasil. Assim, a organização da nossa classe operária não é decorrente exclusivamente de seu desenvolvimento próprio. A interrelação entre fatores nacional e internacional se manifestaram na atmosfera germinal do movimento operário, mas certamente o fator determinante é a luta de classe nacional. É a partir do despontar do movimento, em várias regiões do país, que se pôde desenvolver a influência da luta de classes internacional.

É assim que a regulamentação da jornada de oito horas de trabalho, em 1932, é resultado do conflito direto entre a classe operária e a burguesia. Mais claramente, é uma conquista histórica da luta do proletariado no Brasil.



Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



Ceará

Burocracia do PT impõe eleições virtuais para o Sindiute

Nos dias 29 e 30/09, haverá eleições para a nova direção do Sindiute. Alegando a necessidade de manter o calendário eleitoral, a direção majoritária do sindicato, que já não vinha realizando atividades presenciais, impôs a realização de eleições virtuais. Os professores serão chamados a acessar um site e, em seguida, clicar em um link. A direção majoritária (PT/ArtSind) ignorou a proposta de que o mandato da atual gestão fosse prorrogado, ou que uma diretoria provisória assumisse. A própria assembleia que aprovou as eleições virtuais ocorreu de forma virtual, o que impediu qualquer debate democrático, e mesmo a conferência dos votos dados na aprovação da proposta. É importante dizer que, além das eleições virtuais, a assembleia virtual de 31/07 ainda aprovou a realização do Congresso virtual do Sindiute, a ser realizado no final do ano.

a Corrente Proletária na Educação/POR tomou a iniciativa de reunir parte da oposição e professores de base para lançar um manifesto, denunciando a farsa destas eleições, convocando os professores a não votarem nas eleições virtuais. O manifesto é taxativo em defender eleições democráticas nas escolas.

É certo que uma expressiva e despolitizada parcela dos professores prefere que assim sejam feitas as atividades sindicais. É sobre esta parcela que a direção do Sindiute se apoia, para impor a toda a categoria o abandono da ação direta. Incapaz de politizar os professores, combatendo seus preconceitos individualistas, reforça a despolitização, por meio do corporativismo, o que é condição indispensável para seguir controlando a máquina sindical.

Em razão desta absurda decisão, a Corrente Proletária na Educação/POR tomou a iniciativa de reunir parte da oposição e professores de base para lançar um manifesto, denunciando a farsa destas eleições, convocando os professores a não votarem nas eleições virtuais. O manifesto é taxativo em defender eleições democráticas nas escolas. Com as escolas fechadas na pandemia, não é possível sequer uma

campanha eleitoral verdadeira e equitativa. Só o que resta são os grupos de redes sociais das escolas, grupos de representantes de escola etc., nas mãos da burocracia sindical. O voto virtual é uma aberração antidemocrática e instrumento de fraude eleitoral. Ninguém, salvo a comissão eleitoral/burocracia, terá como fiscalizar os votos, sua contabilidade, etc. Nenhum trabalhador em educação, com o mínimo de entendimento lógico e em plena posse de suas faculdades mentais, pode defender semelhante sistema como idôneo e dotado das mínimas garantias de lisura.

A campanha de boicote tem sido recebida com fúria pela direção do Sindiute e seus asseclas. Ela quer fazer crer aos professores de base que o manifesto, lançado no momento em que o Prefeito sinaliza com a volta às aulas, e a direção propagandeia a greve, é a confissão maior da irresponsabilidade e da desonestidade dos que assinam a declaração. A prepotência da burocracia é de tal ordem que não admite que se desmascare ou se levante suspeição sobre suas inquestionáveis decisões. O ódio da burocracia tem sua razão de ser: ela pretendia que as eleições se passassem pacificamente, como resultado de um amplo acordo dos diversos grupos. Para isso, apostou na ideia de chapa única (aceita por O trabalho/PT e rejeitada pelo PSTU), e no silêncio conivente deste último com as eleições virtuais. Vendo suas manobras denunciadas, responde com toda a sorte de ameaças e injúrias.

Os professores que, por sua própria experiência, aprenderam a desconfiar dessa direção, recebem com bons olhos nossa denúncia, embora lhes falte otimismo para se lançarem na luta por uma nova direção para nossa entidade. Já a vanguarda mais consciente da categoria, tem plena convicção da política de colaboração de classe, dos acordos políticos de bastidores entre a direção do Sindiute e a Prefeitura.

A tarefa que precisa ser encarada de frente é a da recomposição da oposição sindical no Sindiute. A prática dos inúmeros anos de luta tem demonstrado, porém, que sem a estruturação de uma fração revolucionária, é extremamente difícil aglutinar os professores sob a bandeira de uma oposição firme, combativa e classista. A Corrente Proletária tem se lançado nessa tarefa.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Qual é a tarefa do momento para o movimento estudantil?

Desde o início da pandemia, não foram poucos os problemas que os estudantes secundaristas e universitários tiveram de enfrentar, para além daqueles que já existiam – e que também não eram poucos. O vírus atingiu muitos lares operários, agravou-se a miséria, com a brutal onda de desemprego e a redução da renda das famílias, o Ensino a Distância se mostrou uma farsa, e muitos estudantes acabaram evadindo. No ensino superior privado, em especial, aumentaram as queixas de superlotação dos ambientes virtuais, e houve um sensível aumento de pedidos de redução nas mensalidades.

Enfim, não é o caso de estender muito essa lista, pois, já é de conhecimento geral. O que cabe, a essa altura, é fazer um balanço parcial da resposta política dada pelas entidades estudantis, diante de todas essas questões.

O Partido Operário Revolucionário chama a atenção da juventude para duas perguntas elementares e suas respectivas respostas. Primeira: o que as entidades estudantis deveriam estar fazendo? A resposta esperada seria: organizando uma ampla campanha em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública! Parece óbvio, mas, aí vem a segunda pergunta: o que as direções do movimento estudantil estão fazendo, concretamente? A resposta, desgraçadamente é: campanha eleitoral, ações virtuais, pressão parlamentar e outras medidas inócuas.

Tanto a UNE como a UEE-SP têm procurado desviar a insatisfação dos estudantes para a via institucional. Propuseram abaixo-assinados, ações judiciais e reclamações no Procon. O mais próximo que chegaram de uma mobilização presencial foi quando a UEE-SP expôs faixas em frente a algumas universidades, como na UNIP Vergueiro, com os dizeres “Dia do estudante é dia de luta” e, em letras bem pequenas, “Reduz UNIP”.

Com isso, o máximo que a UEE alcançou foi um parecer favorável à redução, condicionada a uma análise das planilhas de custos. Diante do aceno, a entidade estudantil passou a pressionar as universidades, principalmente pelas redes sociais, pela abertura dessas planilhas. Diante da

falta de resultados concretos, e ao serem cobrados politicamente pelo fracasso, porém, passaram a responsabilizar os próprios estudantes, pela “falta de participação ativa” nas atividades on-line.

Já a UMES-SP acatou o anúncio de retorno das atividades escolares, feito por Dória, e concentrou seus esforços em anunciar “novas exigências” quanto aos protocolos de segurança e à estrutura das escolas. Na prática, sua política foi de subordinação ao governo estadual, dado que o dito “combate inteligente ao vírus”, com o rastreio dos focos de contaminação, colocava a decisão do retorno ou não nas mãos da burocracia estatal (Secretaria da Saúde). A UBES aplicou uma política semelhante, se limitando a apresentar uma lista de reivindicações, para que o retorno se desse “com real segurança e respeito às comunidades escolares”.

A desculpa do isolamento social não existe mais. Que as entidades estudantis rompam com a política de conciliação de classes!

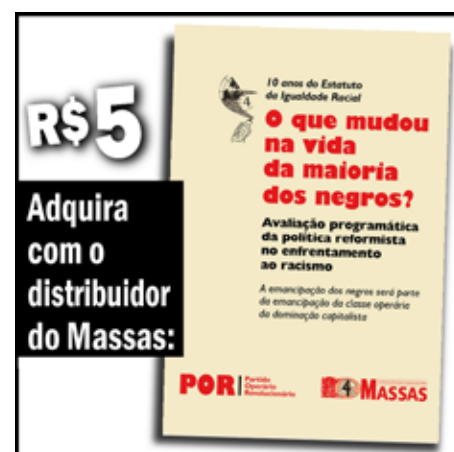
Como se vê, é imenso o fosso existente entre a ação das direções do movimento estudantil e as reais necessidades da juventude. Tais direções, quase todas nas mãos do PT e PCdoB, aplicam uma política de conciliação de classes. Durante a pandemia, se subordinaram à política burguesa de isolamento social, e se recusaram a convocar os estudantes às ruas, para que agissem como força coletiva, no campo da independência de classe – única via capaz, historicamente, de garantir qualquer direito aos explorados. Assim não realizaram qualquer campanha no sentido de expor a raiz de todas as formas de opressão, que está no capitalismo, levantando a luta massiva e unitária em defesa dos empregos e dos salários. Pelo contrário, esses partidos são os mesmos que dirigem a CUT, a CTB, e vários dos principais sindicatos do país, sendo os responsáveis pelas recentes traições nos casos da Volks e dos Correios, bem como nos casos anteriores dos petroleiros, da Ford, Renault, etc.

Conforme avançam as crises pandêmica e econômica, revela-se mais necessária e urgente a organização dos oprimidos, que inclui a juventude pobre, para lutar em de-

fesa da força de trabalho. Os dados se têm encarregado de demonstrar que os focos de contaminação e morte pelo coronavírus se concentram exatamente nos bairros proletários, onde o desemprego e a redução salarial batem mais forte. É aí onde reina a fome, faltam materiais de higiene (não só álcool em gel e máscaras), falta saneamento básico, falta água, falta tudo. Nessas condições, é praticamente impossível manter um sistema imunológico capaz de resistir ao vírus, ou a qualquer outra doença. Sem contar que, quando o pobre adoece, tem de enfrentar o SUS sucateado.

A desculpa do isolamento social não existe mais. Que as entidades estudantis rompam com a política de conciliação de classes! É fundamental superar o imobilismo das direções, exigindo que convoquem as assembleias presenciais, para organizar

uma poderosa campanha em defesa de um único sistema de ensino público, sob o controle de quem estuda e trabalha. Uma campanha pelo emprego a todos os jovens, levantando a bandeira de “Nenhum jovem fora da escola e do trabalho, 4 horas na produção e 4 horas para os estudos. É preciso erguer um movimento unificado da juventude com os trabalhadores, empregando o método da ação direta, para exigir a aplicação de um plano próprio de emergência dos explorados, partido de suas reivindicações mais elementares, e fazendo a ponte com a luta mais ampla, de caráter anticapitalista.





Ato presencial realizado no dia 20 de setembro



Disciplinadamente, às 15 horas, com o plenário se iniciou o Ato político, com a leitura da moção, enviada pela seção argentina do Comitê de Enlace, que foi aplaudida. Passou-se a uma apresentação e à leitura do documento abaixo publicado. Em pé, os presentes ergueram os punhos e coletivamente gritaram “Viva a IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista”! “Que morra o capitalismo, e que sobre suas cinzas se erga o socialismo!”

Em seguida, começou a exposição sobre os métodos burocráticos e antimarxistas de combate do estalinismo à Oposição de Esquerda e, em particular, a Trotsky. Evidenciou-se a distinção e a contradição entre os métodos de luta interna, aplicados e desenvolvidos por Lênin e os manejados por Stalin e seus sequazes. Métodos que já tinham se consolidado, no processo de separação entre bolcheviques e mencheviques, próprios do funcionamento centralista-democrático do partido. O ponto de partida, observado na constituição das duas frações, foi o de determinar o caráter de classe das divergências, esclarecer seu fundamento programático e demonstrar as consequências táticas. Somente depois de uma longa discussão, que se realizou internamente e desembocou nos Congressos, se concluiu pela separação definitivamente, constituindo o Partido Bolchevique, de um lado, como expressão do proletariado, e o Partido Menchevique, de outro, como expressão da pequena burguesia. As divergências programáticas têm de ser amadurecidas e resolvidas no terreno da prática. Stalin e aliados se colocaram no terreno oposto ao método marxista-leninista de desenvolver e resolver as divergências. Assim se passou, porque a via burocrática de se impor como direção, desde o momento em que Lênin adoeceu e se afastou do comando do partido, refletia e se assentava na burocracia estatal, e na influência política da pequena burguesia. Isso, ao mesmo tempo em que o proletariado perdia força na luta pelo controle das relações de

produção e do seu próprio Estado.

O expositor detalhou os passos políticos e organizativos dados pela camarilha estalinista, para bloquear o desenvolvimento da Oposição de Esquerda, que se erguia como oposição bolchevique-leninista; e para afastar Trotsky dos postos de comando, utilizando-se de falsificações, mentiras e medidas administrativas-autoritárias. A burocracia estalinista calculou, ponto a ponto, como impedir que as posições programáticas da Oposição de Esquerda chegassem à classe operária. As falsificações e mentiras serviram como meio de desacreditar o revolucionário, como se Trotsky fosse um velho menchevique, um agente do imperialismo e, portanto, um traidor. As falsificações, destituições de cargos, confinamentos, expulsões do país e assassinatos compõem a base do método estalinista, com o qual derrotou a Oposição de Esquerda.

A descrição e análise do método burocrático de luta política foram acompanhadas com atenção pelo plenário, composto de muitos jovens, que começam a conhecer o lugar da Revolução Russa na luta pela revolução mundial, a sua derrocada, sob o domínio e a orientação da burocracia restauracionista, e a importância do programa e do método de construção do partido marxista-leninista.

A última exposição se baseou no documento “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda”, de dezembro de 1932. Trotsky o redigiu, objetivando à pré-conferência da Oposição de Esquerda Internacional, que se realizaria nos dias 4 e 8 de fevereiro de 1933. Caminhava-se para a adoção de um programa, estatuto e eleição dos organismos de direção. Esse passo indicava a necessidade de dar coesão programática, política e organizativa à militância, que combatia no campo do marxismo o revisionismo estalinista.

O expositor assinalou que, quando foi redigido “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, Trotsky

orientava a luta no sentido de recuperar a III Internacional. Essa posição vai ser mudada, a partir da ascensão de Hitler em 1933, situação em que ficou patente a sua liquidação burocrática. De maneira que o documento indicava a necessidade dos bolcheviques-leninistas fortalecerem sua organização internacional e se prepararem para o pior que estava por vir.

Devido a extensão do documento, o camarada se ateve a alguns aspectos fundamentais. Enfatizou no ponto “A origem da Oposição de Esquerda na URSS”, a substituição por Stalin do programa da revolução internacional pela teoria do “socialismo em um só país”. Acentuou o acerto dessa crítica, que permitia caracterizar o estalinismo como uma burocracia centrada, que levaria à restauração, se não fosse derrubada por uma revolução política. Nesse mesmo ponto, chamou a atenção da plenária sobre o princípio da defesa incondicional da União Soviética, diante de qualquer ataque do imperialismo. Isso porque o Estado continuava operário, baseado na propriedade social dos meios de produção.

A explicação sobre o caráter centrado da burocracia no interior do Estado Operário prendeu a atenção da militância. As divergências no seio do partido acabaram por constituir as frações bolchevique-leninista, a centrada-estalinista e a direita, que se mostrava francamente reformista. O estalinismo, portanto, a fração centrada, se unirá com a direita para combater a fração bolchevique-leninista no seio da III Internacional. Essa aliança pôs às claras o predomínio do oportunismo. A fração revolucionária pode unir-se à centrada contra a direita, para, no processo da luta, superar a centrada. O expositor mostrou que uma questão tática como essa colocou em choque as posições programáticas.

O documento estabelece o método do programa de transição, que parte das reivindicações fundamentais para levar as massas a combaterem pelo poder do Estado. A tática da frente única, para mobilizar, unificar e organizar os explorados con-



O documento estabelece o método do programa de transição, que parte das reivindicações fundamentais para levar as massas a combaterem pelo poder do Estado. A tática da frente única, para mobilizar, unificar e organizar os explorados contra os ataques da burguesia e seu Estado, é parte do programa, que tem por estratégia a ditadura do proletariado.

tra os ataques da burguesia e seu Estado, é parte do programa, que tem por estratégia a ditadura do proletariado. A exposição concluiu enfatizando a necessidade de se assimilarem as “Tarefas e Métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, na luta pela reconstrução da IV Internacional.

Abriu-se ao plenário para pronunciamentos. Não temos aqui como relatar. Apenas, indicamos alguns aspectos tratados: os fundamentos do Programa de Transição, a revolução permanente, a burocratização do partido e do Estado, a natureza do centrismo, o revisionismo do VII Congresso da Internacional Comunista, e a colocação de Guillermo Lora no artigo “Como Concebemos a reconstrução da IV Internacional”.

Em especial, um camarada apresentou um poema dedicado à denúncia do capitalismo, à defesa da revolução e do internacionalismo proletário.

O ato foi concluído com a menção da importância de ser realizado presencialmente. A participação da militância e simpatizantes refletiu a campanha em torno aos “80 anos do assassinato de Trotsky e 82 anos da fundação da IV Internacional”. A luta em defesa do internacionalismo proletário, valendo-se dessas duas datas históricas, se deu nas entranhas

do combate à política burguesa do isolamento social, às brutais consequências que recaíram e recaem sobre a maioria oprimida, à traição da burocracia sindical e à capitulação dos reformistas e centristas. A campanha culminou com a publicação do livro “Leon Trotsky, a continuidade do marxismo-leninismo”. A decisão de reunir escritos de Trotsky, artigos e manifestos do POR e do Comitê de Enlace permitiu elevar o nível da campanha, que se baseou na sua divulgação por meio dos jornais Massas, números 615, 616, 617, 618 (especial) e 619.

O plenário se colocou de pé, cantando o hino da Internacional. Em seguida, de punhos erguidos, gritou um “Viva à IV Internacional! “Que morra o capitalismo, e que sobre suas cinzas se erga o socialismo!”

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Moção do POR-Argentina

20 de setembro de 2020

Camaradas do POR do Brasil

Saudamos, com grande emoção e entusiasmo, este extraordinário ato, que estão realizando. Nessas condições, é uma enorme conquista do proletariado mundial, que procura sua direção revolucionária, que os trotskistas do Brasil realizem este ato presencial, provavelmente o único no mundo. E que apresentem o novo livro “Trotsky, a continuidade do marxismo-leninismo”. É assim que se defendem as ideias, a estratégia e a política proletária.

É fundamental reivindicar as bandeiras do comunismo, do bolchevismo, da

revolução e ditadura proletárias, que o estalinismo e os revisionistas contrarrevolucionários pretendem enterrar.

Vivemos uma situação de catástrofe econômica, política e social. Centenas de milhões de trabalhadores no mundo estão sofrendo as piores consequências da decomposição capitalista, empurrados à barbárie. A revolução social é necessária e urgente! Para impedir uma maior degradação social, é a única saída para as massas oprimidas. É hora de pôr toda a força, todo o conhecimento, na tarefa imprescindível e impostergável de reconstruir a

direção internacional, a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista.

***Viva a IV Internacional,
o Partido Mundial da
Revolução Socialista!
“Que morra o capitalismo,
e que sobre suas cinzas se
erga o socialismo!”***

Saudações fraternas,

R. Basko - POR- Argentina

*CERQUI (Comitê de Enlace pela Re-
construção da IV Internacional)*

Leitura e aprovação por aclamação do documento abaixo

80 anos do assassinato de Trotsky, e 82 anos da fundação da IV Internacional

Camaradas, não poderíamos deixar de realizar um ato presencial nesta data tão significativa, para a luta do proletariado mundial. Devido à pandemia, tivemos e estamos tendo uma febre das “lives”. Não tivemos como deixar de participar na condição de convidado, e foi muito positivo. Pudemos constatar o quanto se fala de Trotsky e do “trotskismo”, sem guardar relação real, precisa e justa com o revolucionário, que confrontou a burocracia

A direção do POR orientou a militância a não abandonar o campo da luta de classes, que se realiza desde os locais de trabalho até os bairros populares. E o conjunto do partido se mostrou à altura das imensas dificuldades.

estalinista, para defender o marxismo-leninismo, as conquistas da Revolução Russa e o Partido Mundial da Revolução Socialista. As correntes centristas, que não estão no campo do estalinismo, acobertam sua natureza pequeno-burguesa com a marca de trotskistas. Tivemos a possibilidade de participar da live organizada pelo Comitê Mário Pedrosa, para demonstrar que não há trotskismo sem leninismo, assim como não há leninismo sem marxismo. Excetuamos, evidentemente, o Ato realizado, também por meio da live, pelo Comitê de Enlace, que acentuou o fundamento da revolução proletária e do internacionalismo, como tarefa prática de nossos dias, em que impera a crise de direção revolucionária. Publicamos nossas considerações no Massas Especial 618, dedicado aos 80 e 82 anos, e no livro “Leon Trotsky, a continuidade do marxismo-leninismo” que, hoje, lançamos, com muito entusiasmo, neste ato presencial.

No Brasil, temos a certeza de que somente o POR tomou essa decisão militante. E é bem provável que pouco se fez em outros

países, nesse sentido. Esse ato presencial somente foi possível, porque nosso partido compreendeu, desde as primeiras horas do anúncio da pandemia e da adoção do isolamento social, que a burguesia iria utilizar para seus próprios fins, e que a maioria oprimida desorganizada receberia todo o peso da crise sanitária e econômica. Houve uma capitulação generalizada das esquerdas, reformista e centrista, diante da política burguesa do isolamento social. Dissolveram-se como organização, assimilaram a campanha aterrorizante sobre as massas e se comportaram como seguidores. Sobreviveram politicamente no mundo virtual, abandonando uma imensa parcela dos explorados, que teve de trabalhar todo o tempo, e servindo de auxiliares da burocracia sindical, que levantou a bandeira hipócrita da “defesa da vida”.

A direção do POR orientou a militância a não abandonar o campo da luta de classes, que se realiza desde os locais de trabalho até os bairros populares. E o conjunto do partido se mostrou à altura das imensas dificuldades. Não somente manteve ativo o Boletim Nossa Classe, distribuído nas fábricas, como intensificou sua propaganda em defesa de um plano próprio de emergência, da organização da resistência aos ataques do governo e do patronato, bem como da proteção da maioria explorada, diante do avanço terrível da pandemia. Condenamos as correntes e as direções sindicais, camponesas e populares, que abandonaram os trabalhadores à sua própria sorte, que, em nenhum momento, puderam se valer do isolamento social, tendo de enfrentar os transportes superlotados. Não por acaso, somente o POR se opôs à suspensão do Dia Nacional de Luta de 18 de março. A burocracia dava um primeiro sinal de que serviria à política burguesa do isolamento social. Afirmamos que era o momento de estabelecer uma linha estratégica de luta independente contra a incapacidade do Estado, dos governos e da burguesia em proteger as massas pobres e miseráveis. Criminosamente, a burocracia sindical passou a fazer

acordos virtuais, sob a mão de ferro da MP 936. Milhões tiveram seus salários reduzidos, e grande parte não mais foi reincorporada aos seus postos de trabalho, como informa a recente pesquisa do IBGE. O patronato aproveitou o afastamento de uma significativa parcela de trabalhadores da produção social, bem como se valeu da completa desorientação da parcela que teve de trabalhar, para demitir, reduzir salários e quebrar direitos. E os burocratas, seguidos pelos partidos reformistas e centristas, posavam de bons samaritanos, agarrados à bandeira burguesa de defesa da vida, e comovidos pelo esforço assistencialista. Nisso se reduziu a bandeira do isolamento social.

A pandemia continuou seu avanço sobre os pobres e miseráveis, que mais pagaram, e ainda pagam, pela incapacidade da burguesia em defendê-los. O caos social, gerado pelo vírus, obscureceu o fato de que, antes de tudo, a pandemia se manifestava como um problema de classe. Em outras palavras, se manifestava como fenômeno natural, potenciado e descontrolado em meio ao capitalismo em desintegração, às profundas diferenças de desenvolvimento entre os países e à pobreza e miséria das massas.

Nesse momento, assistimos ao mórbido espetáculo das potências e das corporações industriais, na disputa pela corrida da vacina salvadora. Tudo indica que a pior fase da contaminação já passou na maior parte dos países, embora se receie a possibilidade de retomada do surto. O isolamento social se mostrou limitado a algumas camadas da população, e constrangido pelo poder econômico, que logo ditou sua ordem de flexibilização e volta à normalidade, não importando o quanto a pandemia ainda poderia matar. Ordem essa que os governos, de distintas orientações políticas, foram acatando. O fracasso da política burguesa do isolamento social é visível, sem exceção. A gravidade para os explorados não cessa com o arrefecimento natural da pandemia, e com o controle que a ciência possa alcançar, mesmo condicionada pelos interesses do capital.

O tormento da miséria bateu às portas de milhões, que ainda estavam no limiar da pobreza. A fome se potenciou! Os organismos internacionais do imperialismo se viram obrigados a reconhecer e a alertar para o risco das explosões sociais. Muito lentamente será a recuperação da economia mundial a níveis anteriores à pandemia, que já eram baixos e tendiam à recessão. A volumosa onda de demissões ampliou o exército estrutural de desempregados e subempregados. Avançou a inutilização de uma massa gigantesca de força de trabalho. O que expressa a tendência do capitalismo mundial, de estancar e destruir parte das forças produtivas.

O Brasil está entre os países mais afetados em todos os sentidos. E os governantes - não somente Bolsonaro - continuaram e continuam as negociatas parlamentares sobre novas contrarreformas, nova ofensiva de privatizações, e sobre como se preparar para um levante dos explorados. Continuam a confabular sobre os meios, para sustentar a dívida pública, que atingirá 100% do PIB, e elevará a brutal carga de juros. A maioria explorada está fadada a sofrer ainda mais com a decomposição do capitalismo, aumento da superexploração do trabalho, voracidade do parasitismo financeiro, e saque imperialista. Nesse exato momento, a Volks acaba de conseguir um acordo com a burocracia sindical de demissão de cinco mil metalúrgicos. Pouco antes, a Renault conseguiu um

acordo de mais de setecentas demissões. E, no dia de hoje, os operários da Embraer enfrentam o plano de duas mil e quinhentas demissões. Os trabalhadores dos correios completaram um mês de greve contra a destruição de direitos, redução salarial e privatização. Assim que as atividades econômicas chegaram perto da normalidade, parcelas crescentes de desempregados afluíram à procura de uma colocação qualquer. O que elevou, estatisticamente, a taxa de desemprego ao nível histórico de 14,3%; em termos absolutos, 13,7 milhões de desempregados, que procuram trabalho. Esse número absurdo se apequena diante da constatação de que são 74,4 milhões de brasileiros sem emprego; dentre eles, 26,7 milhões responderam ao IBGE que gostariam de trabalhar. Um contingente significativo da força de trabalho padece da mutilação do desemprego e subemprego. Aí estão a fonte da pobreza,



Somos parte de um elo dessa cadeia histórica da luta de classes, das revoluções e contrarrevoluções. É inevitável o triunfo do comunismo sobre o capitalismo. As leis da história, que levaram a grandes rupturas e transformações, desde o comunismo primitivo à avançada sociedade capitalista, continuam vigentes.

da miséria, da fome; e campo aberto às doenças, endemias, epidemias e pandemias.

Essas manifestações que degradam a humanidade expõem o esgotamento do capitalismo e as premissas históricas de sua destruição, pela revolução social; sua transição ao socialismo, sob a ditadura do proletariado; e sua extinção definitiva com o fim das classes, na sociedade comunista. Temos consciência do longo percurso que a classe operária e os demais oprimidos terão pela frente. Somos parte de um elo dessa cadeia histórica da luta de classes, das revoluções e contrarrevoluções. É inevitável o triunfo do comunismo sobre o capitalismo. As leis da história, que levaram a grandes rupturas e transformações, desde o comunismo primitivo à avançada sociedade capitalista, continuam vigentes. A decomposição da sociedade capitalista na sua fase imperialista - caracterizada por Lênin como fase última do capitalismo - é reflexo dessas leis. Em sua base está a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção, que desembocaram na forma da propriedade monopolista e na dominação imperialista, bem como na agudização da polarização entre as classes, em particular entre o proletaria-

do e a burguesia. A condenação perpétua de milhões de seres ao desemprego e, assim, à subsistência sem as mínimas condições materiais, reflete a incompatibilidade entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, que devem ceder lugar às relações socialistas.

Chegamos, agora, mais diretamente, ao objetivo central desse Ato político. A classe operária e as camadas mais oprimidas da pequena-burguesia, principalmente da juventude, têm sentido a necessidade de resistir às contrarreformas, aos retrocessos nos serviços sociais, ao avanço do desemprego e subemprego. Greves, manifestações e jornadas de luta marcam a situação mundial. Nota-se que a radicalização das revoltas populares traz em suas entranhas os germes da guerra civil. O Estado policial reage à luta das massas iradas com potentes meios e métodos militares. No Brasil, duas greves gerais, principalmente a de 28 de abril de 2017, assinalaram a presença da classe operária. Em todas as situações, sem exceção, se destacou a crise de direção revolucionária. Suas raízes se encontram no revisionismo estalinista do programa bolchevique, burocratização do Partido Comunista Russo, degeneração em toda a parte dos partidos estalinizados, comprometimento com a política de colaboração de classes, participação na partilha do pós Segunda Guerra Mundial, liquidação da III Internacional, expulsões, prisões, assassinatos de membros da Oposição de Esquerda e brutal perseguição a Trotsky, até que o objetivo de acabar com sua vida se cumprisse. De conjunto, o revisionismo, que ergueu a bandeira do “socialismo em um só país”, respondeu ao impulso das tendências restauracionistas, e ao desabamento final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991.

O curso da transição do capitalismo ao socialismo, aberto pela Revolução Russa, seguida de outras revoluções, sendo a mais importante a Revolução Chinesa, foi interrompido e retrocedido com a contrarrevolução restauracionista. O fim da III Internacional resultou na destruição do Partido Mundial da Revolução Socialista, obra mais acabada do proletariado internacional. Obra da época do capitalismo imperialista e, portanto, da revolução mundial, assentada na transição, que se iniciou com a revolução proletária na Rússia. A liquidação da III Internacional ocorreu em meio à guerra, à semelhança do que se passou com a II Internacional. Uma das diferenças fundamentais é que a revolução russa, sob o programa bolchevique e a direção de Lênin, se encarregou, não só de enterrar o revisionismo socialdemocrata, como de erguer uma organização mundial mais avançada. A III Internacional sofreu o golpe fatal no seu VII Congresso, em agosto de 1935, com a revisão programática, e foi extinta em maio de 1943, como parte de sua política de guerra junto aos aliados imperialistas, por uma simples decisão de Stalin e seus agentes.

Os levantes e revoluções que poderiam erguer a IV Internacional, fundada em setembro de 1938, foram derrotadas, devido à ausência do partido marxista-leninista, a exemplo da vitória da contrarrevolução fascista na Espanha. As condições para manter em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, com a fundação da IV Internacional, não permitiam, uma vez que o triunfo da burocracia estalinista se valeu das conquistas da revolução russa e se travestiu com uma caricatura do leninismo.

O assassinato de Trotsky, em agosto de 1940, atingiu a IV Internacional em um momento crucial da guerra mundial imperialista. Três anos depois, Stalin se livrou da III Internacional, em uma clara demonstração de colaboração com os aliados vencedores, dirigidos pelos Estados Unidos. A direção da IV Internacional, que se seguiu à morte de Trotsky, não se pôs à altura de passar pelas provas das revoluções e contrarrevoluções. Não foi capaz de manter a linha de combate ao estalinismo, como parte essencial dos enfrentamentos a todas as variantes da política burguesa. Capitulou e se desintegrou, dissolvendo organizativamente a IV Internacional, que permaneceu em seus fundamentos programáticos - o Programa de Transição - e em toda luta de Trotsky, na direção da Oposição de Esquerda, pela continuidade do leninismo.

A dissolução da IV se distingue do processo de liquidação da II e III Internacionais, uma vez que os seus revisionistas impotentes, felizmente, não chegaram a tocar em um só aspecto de seu programa, formulações e orientações gestadas em pleno combate de Trotsky ao estalinismo e à contrarrevolução capitalista. Essa é a condição para se trabalhar pela reconstrução da IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista, e rechaçar qualquer proposição de construir uma nova internacional, sob a qual se oculta o velho oportunismo.

A crise de direção se mede pelo estágio avançado de desintegração do capitalismo, da barbárie social e da necessidade objetiva das revoluções proletárias, em qualquer parte do mundo. O capitalismo entrou na fase mais adiantada das contrarreformas, caminho sem volta. E a luta de classes, ainda que tenha de partir das necessidades básicas das massas, se dirige contra os pilares de sustentação do capitalismo.

O proletariado encarna, instintivamente, o programa e estratégia da revolução social. A destruição de suas direções lhe impôs um enorme retrocesso, mas que será recuperado a saltos, assim que o movimento pela construção dos partidos revolucionários, como seções da IV Internacional, quebrar as primeiras barreiras do revisionismo, do reformismo, do centrismo e do oportunismo em geral.

A construção do POR no Brasil, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, é a prova viva dos terríveis obstáculos que se interpõem entre o proletariado e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista. Aprendemos a avaliá-los e a enfrentá-los, pavimentando o caminho da revolução e ditadura proletárias. Assim, entendemos que temos muito a aprender com o passado revolucionário e com as novas condições do presente, em que se enfrentam a revolução e a contrarrevolução.

***Camaradas, de pé e com os punhos cerrados,
damos um Viva a IV Internacional - o Partido
Mundial da Revolução Socialista!
Que morra o capitalismo e que sobre suas
cinzas se erga o socialismo!***

20 de setembro de 2020

Nesta edição:

- **Bolívia:** Uma reconfiguração no mapa eleitoral
- **Colômbia:** Cresce a responsabilidade da vanguarda classista.
- **Peru:** Desagregação da democracia burguesa.
- **Oriente Médio:** Feudal-burguesia árabe curva-se à opressão imperialista e sionista.
- *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional****Bolívia**

A última pesquisa eleitoral e cataclisma no mundo eleitoreiro

Uma reconfiguração no mapa eleitoral

Os explorados e oprimidos devem se preparar para enfrentar o futuro verdugo

Para a surpresa de muitos, a publicação da última pesquisa eleitoral, que supostamente abrangeu um número maior de entrevistados nas cidades e no campo (14.000), trouxe dados surpreendentes, que coloca a candidatura do MAS à beira da vitória no primeiro turno (40,3%). Carlos Mesa, de longe (26,2%), ocupa o segundo lugar; Camacho sobe ao terceiro lugar, e Janine Añez ocupa apenas o quarto lugar, com um pouco mais de 7% da preferência do eleitorado.

Esses resultados, no entanto, não levam em conta os votos em branco (7,1%), nulos (10,6%) e os indecisos (9,8%), que juntos representam 27,5%, se aproximando do MAS, que tem apenas 29,2% das intenções de voto. Das mudanças que ocorrem na hora de votar neste grupo que, politicamente, expressa o repúdio à politicagem burguesa, depende o resultado final.

Pois bem, este resultado teve um efeito devastador na classe média opositora do MAS, e encheu de otimismo os masistas, que até a véspera estavam abatidos nas cidades, o que lhes permitiu acentuar a sua desenfreada campanha demagógica, mostrando-se já como os seguros ganhadores da corrida eleitoral. No entanto, é inquestionável que o MAS perdeu muito peso eleitoral, como consequência de que amplas camadas da população superaram as ilusões democráticas, e se separaram politicamente desse partido. Por outro lado, as massas já não têm nenhuma esperança em que a papeleta eleitoral possa resolver os graves problemas que estão enfrentando, agravados pela crise econômica, que promete golpear mais duramente depois das eleições, extremo que se constata na alta porcentagem dos votos brancos e nulos, que como nunca antes alcançam 17,7% do eleitorado.

A pressão da classe média sobre as candidaturas, que se mostram antimasistas, aumentou. A exigência de que se unam como a única possibilidade de fechar o caminho para o MAS é cada dia mais forte. A ideia do voto útil se generaliza, e está orientada a potencializar o candidato que se coloque em segundo lugar, pelo menos para que force a possibilidade do segundo turno, etapa em que todos se veriam obrigados a se unirem contra o MAS. Esta pressão força para que Añez, ao constatar a sua queda vertiginosa, retire a sua candidatura, desafiando os outros para que sigam o exemplo “patriótico” pela defesa da sacrossanta democracia.

Carlos Mesa ocupa o segundo lugar e há a tendência de se fortalecer com a renúncia de Añez. Quem permanece na corrida eleitoral, com algum peso em Santa Cruz, e que pode definir o destino das eleições gerais, é o racista e ultrarreacionário, o fascista Camacho. Será que a pressão social, ou de algum setor dos empresários privados e das multinacionais imperialistas, poderá dobrá-lo?

Diante da alta possibilidade de que os votos migrem em um ou outro sentido, por exemplo, que amplos setores autônomos (comerciantes, transportadores, artesãos, etc.), com a esperança de que o futuro governo do MAS lhe garanta “paz social”, para as suas atividades diárias, das quais dependem para comer, podem migrar massivamente com o seu voto para o MAS. Por outro lado, não se tem a segurança de que 100% dos votos em Añez vão potencializar Mesa; muitos podem oscilar também para Camacho, ou para o chinês Tuto Quiroga. No campo eleitoral, a menos de um mês das eleições, nada está garantido. A situação se mostra muito complexa e insegura, fato que tira o sono dos eleitores.

Chamamos os explorados e oprimidos do país a não se deixarem arrastar por esta maré eleitoral absurda. Os resultados, que saiam dela, não serão a resposta à fome, à falta de postos de trabalho, aos miseráveis ganhos dos autônomos, à garantia dos serviços de educação e saúde, etc. Aquele que sair vencedor da contenda, qualquer um deles, está obrigado a desenvolver a mesma política burguesa, diante da crise econômica. O Estado burguês em suas mãos recorrerá a medidas leoninas contra a população, para salvar os interesses dos empresários privados e das multinacionais imperialistas. Estará obrigado a descarregar as consequências da crise sobre as costas dos trabalhadores e demais oprimidos.

Nossa obrigação é a de se manter firme, para preparar a luta contra o verdugo que surgir das futuras eleições. Consolidemos a posição política, sindical e organizativa de nossas direções, expulsando os traidores, única condição para termos um exército firme, com uma direção revolucionária consequente.

*(Extraído do Jornal Massas Extra, 21 de setembro de 2020,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Colômbia

Cresce a responsabilidade da vanguarda classista

A greve nacional do dia 21/09 mostrou a permanência de tendências de luta no seio das massas. Os oprimidos começam romper a paralisia e ultrapassar a política burguesa de isolamento social.

O levante operário e popular de outubro de 2019 demonstrou a força das massas em luta, e assinalou a importância de se adotar um programa comum. Mas, as direções sindicais, que controlaram o Comando Nacional de Greve, conseguiram bloquear e desviar as tendências unitárias e radicalizadas das massas, para via das negociações parlamentares.

Diante da nova investida das massas contra a burguesia e seu governo, Julio Roberto Gómez, presidente da Confederação Geral do Trabalho (CGT), ameaçou com a declaração: *“não autorizamos qualquer ato de violência, e se acontecerem, dissolveremos imediatamente as caravanas”*. É a burguesia que tira proveito dessa venalidade e derrotismo, para continuar a ofensiva contra os direitos e condições de vida das massas. Ocorre que a violência parte do Estado burguês, que não tolera o fortalecimento do movimento das massas, por suas reivindicações.

Os protestos contra o assassinato do taxista *Ordoñez pela polícia*, e os contínuos massacres de ex-guerrilheiros, lideranças populares e camponesas pelas forças estatais e milícias paraestatais, junto às violentas contradições que decorrem da crise econômica e sanitária (o desemprego atinge 20% da força de trabalho, o subemprego de 55%, e a redução de salários e as contrarreformas previdenciária e assistencial, atingem mais de 70%), impedem abortar as tendências instintivas de luta das massas, que, sob as novas condições, retomam os elos do levante do ano passado.

É parte desse processo, o combate das massas indígenas e camponesas pela posse da terra, que, nas condições de desagregação econômica, passou a adquirir o caráter de luta pela sobrevivência – para não morrerem de fome. Impulsionando o choque dos camponeses pobres, sem-terra e as nações-classe contra os latifundiários, a burguesia agroindustrial e os narcotraficantes.

É parte também desse quadro, a mais recente greve de 5 mil operários mineiros de El Cerrejón, contra a demissão de 1.500 efetivos e 2.500 terceirizados, bem como a destruição de conquistas e direitos (vale transporte, horas extras, etc.). Agregam-se a esse quadro, as greves dos trabalhadores da saúde e funcionalismo público, por medidas de biossegurança e contra a perda de empregos e destruição de direitos.

Peru

Desagregação da democracia burguesa

Em 17 de setembro, o parlamento peruano aprovou a abertura de um processo de impeachment contra o presidente Martín Vizcarra, acusado de favorecer um amigo próximo com nove contratos, no total de US\$ 50 mil. Com 65 votos favoráveis (eram necessários 52), 36 contra e 24 abstenções, o Congresso estabeleceu a sessão plenária, no dia 18 de setembro. Vizcarra compareceu para depor, e acabou acusando o presidente do parlamento, Manuel Merino, e o deputado Alarcón (responsável pela denúncia) de “conspiração” para derrubá-lo.

No mesmo dia 18, o processo de impeachment foi finalmente barrado, por não alcançar 87 votos válidos (78 deputados votaram

As mobilizações, ainda sob a quarentena, demonstram que as massas recorrem à luta de classes por necessidades prementes. Surgem e se desenvolvem no interior da produção social, impulsionadas pela miséria das massas, em choque com a grande propriedade privada monopolista dos meios de produção e com o Estado policial, que as oprime, massacra e embrutece. A convergência das lutas democráticas, sociais e econômicas cria as condições para se alcançar a mais ampla unidade frentista local, regional e nacional das massas exploradas, sob um plano de reivindicações comum contra seus exploradores.

Está colocada a tarefa imediata de constituir a aliança operária e camponesa, na base de suas organizações e métodos próprios de luta. Na base das consignas que impulsionam a resolução dos problemas democráticos e nacionais, como um elo da luta pelas transformações socialistas. O avanço da luta unitária dos explorados do campo e da cidade se dirigirá contra o governo servil dos Estados Unidos. Naturalmente, as massas recorrerão à organização da frente única anti-imperialista, desde que contem com uma vanguarda revolucionária, e que esteja empenhada em constituir o partido-programa. Os novos enfrentamentos na Colômbia obrigam os lutadores de linha de frente a quebrar os obstáculos levantados pela burocracia sindical, que se curva perante a ascensão do imperialismo norte-americano, e que canaliza a revolta instintiva das massas para a conciliação de classes. A luta no campo da independência de classe exige o empenho da vanguarda com consciência de classe em desenvolver a estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês, expressão da revolução e ditadura proletárias.

As lições do movimento revolucionário na Colômbia vêm despertando interesse, tanto quanto despertou, recentemente, o do Chile, que antecedeu a pandemia. A luta das massas em países tão submetidos ao imperialismo assinala a potencialidade das tendências revolucionárias na América Latina. No Brasil, o POR as identifica, e observa as semelhanças com os países em que o proletariado procura a via da independência de classe, mas esbarra na ausência de um poderoso partido. A tarefa de conquistar a independência programática, organizativa e política coincide com a de constituir o partido da revolução social no seio do proletariado. Sem a estratégia de poder próprio, não é possível transformar a revolta instintiva das massas em movimento independente e revolucionário.

contra, 32 a favor e 15 se abstiveram). Vizcarra obteve, assim, uma segunda vitória contra a oposição, que tentou aprovar no ano passado a “suspensão temporária” do presidente, por “incapacidade moral”, momento em que Vizcarra pretendia dissolver o Congresso. Temporariamente afastado da presidência, a então vice-presidente, Mercedes Aráoz, assumiu o cargo. Mas, renunciou horas depois, sob a pressão do alto comando das Forças Armadas. Vizcarra foi reinstalado na presidência. Mas, estava já traçada a via do acirramento das disputas intestinas interburguesas, agravadas desde a eclosão da crise capitalista mundial, em 2008, e que, em 2016, deram um salto à frente.

Apesar de se livrar do afastamento, Vizcarra terá de enfrentar as trágicas consequências da combinação da crise econômica e sanitária: elevou-se o desemprego (35% da força de trabalho), despencaram as exportações e paralisou-se a economia. Consequentemente, o PIB caiu 41%. De forma que a crise política foi, momentaneamente, contida, mas ao preço de agravar todas as contradições sociais e políticas.

Ocorre que a ofensiva golpista tem por base objetiva o acirramento das disputas interburguesas ao redor do parasitismo dos recursos estatais, isto quando a crise consome os ingressos fiscais, as quadrilhas parlamentares e os lobbys empresariais combatem a ofensiva do governo, de aprovar uma reforma política, que proibiria as candidaturas de políticos com processos criminais.

É nesse quadro convulsivo que as tendências e métodos autoritários e militarizantes vêm ganhando força. O mais recente episódio da crise demonstrou ainda que, tanto as frações oposicionistas, quanto o governo, apoiam-se em diferentes setores das Forças Armadas. Isso explica por que as Forças Armadas têm ganhado maior capacidade de decidir as disputas políticas e interinstitucionais. O que demonstra que não há como resolver o impasse sem recorrer à centralização autoritária das disputas interburguesas e

fortalecer o aparelho repressivo.

O essencial dessa constatação reside em que as massas retomam a iniciativa e projetam seus combates no campo da luta de classes pela defesa de suas condições de existência. De maneira que é parte do objetivo dos golpes e contragolpes, no seio da política burguesa, preparar as condições sociais e políticas para abortar a crescente intervenção grevista e de luta das massas.

Do que assinalamos, se depreende que está colocada a possibilidade de um golpe bonapartista e centralização autoritária pela via militar. Entretanto, essa via depende fundamentalmente da evolução política das massas. O essencial, para a vanguarda com consciência de classe, está em compreender as tendências presentes na crise do regime burguês semicolonial, e desenvolver a tática e método, que permitam transformar as lutas pelas reivindicações vitais e pelas liberdades democráticas, em uma luta de classe contra classe, anti-imperialista e anticapitalista.

Eis a importância de a vanguarda construir o partido marxista-leninista-trotskista, criando as condições para unir a maioria oprimida contra a burguesia semicolonial e o imperialismo, na base de uma frente única anti-imperialista, sob o programa do governo operário e camponês.

Oriente Médio

Feudal-burguesia árabe curva-se à opressão imperialista e sionista

Em 15 de setembro, foi assinado, na Casa Branca (Washington, Estados Unidos), um acordo para retomar as relações entre Israel, Bahrein e Emirados Árabes Unidos (EAU), rompidas após o Estado de Israel começar a anexação dos territórios palestinos. Segundo os ministros do Exterior dos EAU, Zayed al-Nahyan, e do Bahrein, Abdulatif bin Rashid al-Zayani, o acordo cria uma via para a “pacificação” do Oriente Médio, e abre negociações para a formação de um Estado Palestino.

O certo é, porém, que os governos de Bahrein e EAU se curvaram perante as condições ditadas pelos EUA e Israel. E isso sob um suposto compromisso dos sionistas, de “suspender” a anexação de novos territórios palestinos. Trata-se, evidentemente, de um ultimato: os palestinos deverão aceitar as fronteiras impostas a sangue e fogo, e se subordinar à traição da feudal-burguesia.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, disse que não haverá paz, sem o fim da ocupação dos territórios palestinos por Israel. E acusou Bahrein e EAU de trair o “consenso árabe”, que estabeleceu a resolução dos conflitos entre Israel e Palestina, como condição prévia para normalizar as relações entre os países árabes e o judeu.

O problema reside em que a via da capitulação foi, há muito, colocada com a “normalização” das relações entre Israel com Egito e Jordânia, após sua derrota militar na Guerra dos Seis Dias. O fracasso do projeto nacional-reformista do pan-arabismo, e a impotência da feudal-burguesia em expulsar o imperialismo da região, favoreceram as movimentações imperialistas de submeterem os países árabes ao Estado sionista. Essa trilha é seguida, agora, às últimas consequências, pelo Bahrein e EAU.

É a tendência da feudal-burguesia de romper, definitivamente, com as relações políticas estabelecidas, por mais de 40 anos, em resposta ao anexionismo sionista, que, agora, fortalece o Estado de Israel, o qual serve de base permanente às manobras políticas e ao intervencionismo imperialista.

Particularmente, aos EUA, o novo acordo facilita criar condições de uma nova ofensiva pela derrocada dos regimes nacionalistas, que travam seu expansionismo na região (Síria e Irã). De forma que o acordo não será um passo para a “Paz”, mas para a via do acirramento das tendências bélicas. No entanto, também criará condições para inflamar e impulsionar as tendências de levante entre as massas contra a opressão social e nacional na Palestina, Líbano e todo Oriente Médio.

Em todo caso, são os palestinos que carregam as consequências mais bárbaras dessas traições e manobras. Não apenas estão impedidos de cumprir a tarefa democrático-burguesa de constituir um Estado nacional, como deverão enfrentar um novo quadro de relações diplomáticas, que fortalecem o Estado de Israel. De forma que somente poderão avançar na conquista da autodeterminação e de seus territórios pela via do armamento das massas, insurrecional e revolucionária, que, como tal, influenciem as massas árabes a se levantarem contra a feudal-burguesia de seus países. A defesa da Palestina é uma tarefa democrática e revolucionária, que deve ser tomada pela classe operária internacional.

As condições de decomposição capitalista e a impossibilidade de resolver as tarefas democráticas e nacionais nos marcos do regime burguês obrigam as massas a combaterem a feudal-burguesia entreguista, e recorrer ao armamento popular, para derrotar a ofensiva imperialista-sionista. O que coloca, em toda sua importância, ao proletariado, se organizar como classe independente, formando seu partido marxista-leninista-trotskista, que materializará a tarefa de abrir caminho à luta pela expulsão do imperialismo e a resolução das tarefas democráticas e socialistas.

A vanguarda árabe e judia com consciência de classe deve batalhar pela formação da frente única anti-imperialista, com a qual se ajudará as massas a avançarem na ruptura com o nacionalismo impotente, e confluir com o programa dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, expusemos as “Teses sobre a situação atual”, em que Lênin apresenta 12 pontos emergenciais de combate à fome. As forças contrarrevolucionárias se apoiavam no desespero dos camponeses pobres e da classe operária urbana, para promover as sabotagens e enfraquecer o governo revolucionário. Não havia outro caminho, a não ser impor medidas de guerra civil.

Em novembro de 1918, a direção do Partido Comunista Bolchevique Russo organizou uma reunião de militantes partidários, para discutir, compreender e pôr em prática a linha de defesa da revolução. Lênin apresentou um informe sobre a tática do proletariado diante dos democratas pequeno-burgueses, que haviam se afastado dos bolcheviques, devido ao acordo de Brest-Litovsk, em março de 1918, o que favorecia a oposição anticomunista. Nove meses depois, ocorria uma importante mudança na situação internacional, com a abertura de um processo revolucionário na Alemanha, em que se deu a anulação do tratado de Brest-Litovsk. Lênin avalia, por outro lado, como positivo para a União Soviética o enfraquecimento da capacidade do imperialismo anglo-francês-norte-americano de manter sua ofensiva contrarrevolucionária. O que evidenciava o caráter do imperialismo anglo-francês-americano ser “*tão repulsivo quanto o imperialismo alemão*”. Era importante desmascarar as ilusões pequeno-burguesas que distinguiam um imperialismo do outro, como se um fosse militarista, e o outro, democrático-pacifista.

Os acontecimentos na Alemanha possibilitaram romper o mais completo isolamento da revolução proletária, o que dava um respiro ao governo soviético. A nova conjuntura, portanto, facultava uma mudança na tática, e colocava novas tarefas. Vejamos essa síntese: “*O curso posterior dos acontecimentos nos colocou diante do problema da paz e da concertação da paz de Brest. Você sabem que a paz de Brest separou a pequena-burguesia de nós. Os democratas pequeno-burgueses se afastaram bruscamente de nós, devido a estas duas circunstâncias: nossa política exterior, que levou ao acordo de paz de Brest, por um lado, e nossa luta implacável contra as ilusões democráticas de um setor dos democratas pequeno-burgueses, em nossa luta implacável pelo poder soviético, por outro. Você sabem que, depois da paz de Brest, os socialistas revolucionários de esquerda começaram a vacilar; alguns se lançaram à aventura; outros se dividiram e continuam se dividindo. Mas, os fatos continuam sendo fatos. Naturalmente, não podemos duvidar, nem por um momento, nem por um segundo, que nossa política foi absolutamente justa*”.

Lênin se baseia no acerto da previsão de que não tarda-

ria a se pôr em pé um movimento revolucionário na Alemanha, de um lado; e na confirmação da justeza da decisão de dissolver a Constituinte, por meio da qual os democratas pequeno-burgueses procuravam reunir forças contra a ditadura do proletariado, de outro. Diante da guerra imperialista, os bolcheviques tiveram de travar uma grande batalha contra o patriotismo. E o mesmo se passou diante da paz de Brest-Litovsk. Estava em questão a Revolução Russa, como parte da revolução mundial. Quanto à Constituinte, os democratas procuravam deter o exercício da ditadura do proletariado, em sua forma rigorosa. De maneira que o patriotismo e as ilusões democráticas pequeno-burguesas levariam algum tempo para serem dissolvidos.

Uma relação de “boa vizinhança” com as massas pequeno-burguesas, sob a ditadura do proletariado, favorecia o combate aos camponeses ricos (Kulaks), que agiam contra o triunfo da revolução. Era preciso, no entanto, uma clareza absoluta na aplicação da nova tática.

Lênin observa uma mudança na conduta dos democratas pequeno-burgueses, que procuram uma reaproximação com o governo revolucionário. Entende que essa mudança pode ser favorável à solução das novas tarefas econômicas, e de construção do socialismo. Evidentemente, sem alimentar qualquer perspectiva nessa mudança, havia de se chegar a um acordo bem determinado e condicionado por princípios. Uma relação de “*boa vizinhança*” com as massas

pequeno-burguesas, sob a ditadura do proletariado, favorecia o combate aos camponeses ricos (Kulaks), que agiam contra o triunfo da revolução. Era preciso, no entanto, uma clareza absoluta na aplicação da nova tática. Lênin explica que as relações de boa vizinhança e a neutralidade eram velharias, que não serviam à luta pelo comunismo. Conclui: “*São trastes velhos e nada mais, mas devemos considerar esses trastes do ponto de vista prático. O único interesse se resumia às tarefas práticas da situação, sabendo que os democratas pequeno-burgueses não se tornariam comunistas*”.

A revolução abriu o caminho para a expropriação da burguesia e dos latifundiários. No entanto, se deparava com os pequenos e médios camponeses, que não podiam ser dissolvidos, transformando, por decreto, a pequena produção em grande produção socialista. O processo seria distinto daquele que expropriou e expropria pela violência revolucionária os grandes proprietários. Assim formula Lênin: “*Somente na medida em que triunfe o movimento proletário no campo, iremos passando, sistematicamente, à propriedade comum, coletiva, da terra, e à agricultura coletiva. Isso somente se pode realizar com respaldo do movimento puramente proletário no campo, e, neste sentido, há muito ainda o que fazer. É indubitável que somente a experiência prática, somente a realidade, nos mostrará como atuar de forma correta*”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)